

The background of the page is a large, colorful, and slightly blurred image of a rural landscape. It shows a green field, a blue sky, and a yellow sun, with a small orange square in the center. The text is overlaid on this background.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2009



APRESENTAÇÃO

A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e abastecimento em Rondônia, vinculada ao **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**, seguiu para a elaboração do relatório de gestão do exercício de 2009, as orientações previstas nos normativos legais; Instrução Normativa TCU nº 389, de 21 de dezembro de 2009, Decisão Normativa TCU nº 100, de 07 de outubro de 2009, Portaria CGU nº 2.270, de 04 de novembro de 2009 e Orientações Complementares para Elaboração do relatório de Gestão – *Versão atualizada em 16 de dezembro de 2009*.

Os Planos Internos – PI's e respectivas Ações foram analisadas com foco nas informações que possibilitaram demonstrar o desempenho e alcance dos objetivos propostos nos Planos de Trabalho internos e de acordo com as informações registradas no PPA. Para as 07 (sete) principais ações que representam 76,30% do total de recursos gastos com todas as ações da SFA-RO, em 2009 (R\$ **2.874.269,59**) foram calculados e analisados os indicadores de desempenho da Eficiência – Eficácia e Efetividade.

O **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento** é um Órgão do Poder Executivo do Brasil, com a competência de formular e implementar as políticas para desenvolvimento do agronegócio, integrando os aspectos de mercado, tecnológicos, organizacionais e ambientais para o atendimento dos consumidores do país e do exterior, promovendo a segurança alimentar, a geração de renda e emprego, a redução das desigualdades e a inclusão social, tendo como:

Visão

“Ser Reconhecido pela Qualidade e Agilidade na Implementação de Políticas e na Prestação de Serviços para o Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio.”

Missão

“Promover o Desenvolvimento Sustentável e a Competitividade do Agronegócio em Benefício da Sociedade Brasileira.”



SUMÁRIO

Identificação	03
Da Organização	05
Estrutura Organizacional	06
Autoridades do MAPA	07
Titulares da SFA/RO	07
Responsabilidades Institucionais	08
Gestão de Programas e Ações	10
Programa: Segurança da sanidade na agropecuária.	10
Programa: Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas	21
Programa : Desenvolvimento da Bovideocultura	26
Programa: Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade	56
Programa : Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio	64
Recursos Humanos	68
Quadro dos Convênios	69
Quadro Restos a Pagar	69
Gestão Operacional	70
Renúncias Tributárias	71
Plano Estratégico do MAPA	72
Declaração do Contador	73

1. IDENTIFICAÇÃO

O Ministério da Agricultura, originalmente denominado Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, foi criado no século XIX por decisão da Assembléia Legislativa, quando da promulgação do Decreto Imperial nº 1067 de 28 de julho de 1860, passando a integrar a estrutura formal do Gabinete do 2º Império.

A estrutura organizacional da Secretaria dos Negócios da Agricultura perdeu por 32 anos, quando então, no início do Regime Republicano, foi extinta e suas atribuições absorvidas pelo Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, com fulcro no disposto no Decreto nº 1.142 de 2 de novembro de 1892. Pelo disposto em referido diploma legal os assuntos da Agricultura ficaram obscuramente afetos à 2ª Seção da 3ª Diretoria daquele Ministério.

Pelo Decreto nº 19.448, de 3 de dezembro de 1930, passou o Ministério da Agricultura a compor a estrutura governamental da República, sendo-lhe atribuído, de direito, no cenário nacional, a proeminência político-econômica devidas.

Em síntese, as competências e a estrutura organizacional do Ministério da Agricultura permaneceram inalteradas por 50 anos, quando na década de 1980, lhe foram excluídas da competência os assuntos relativos à reforma agrária e aos recursos florestais e pesqueiro.

Posteriormente em 15 de março de 1990 com a promulgação da Medida Provisória 150, convertida na Lei nº 8.028 de 12 de abril de 1990 que dispôs sobre a "reorganização e funcionamento dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios", foi criada uma nova Pasta da Agricultura a qual foram outorgadas as tradicionais atribuições, a exceção do abastecimento, acrescidas daquelas relacionadas as ações de coordenação política e à execução da reforma agrária e dos assuntos de irrigação. Após 1990, em razão das competências que lhe foram sendo ou não conferidas, a denominação e a estrutura organizacional da Pasta da Agricultura foram sendo adequadas, tais como: [Medida Provisória 2216-37 de 31 de agosto de 2001](#) incorpora em seu nome a designação pecuária, passando a ser denominado Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em clara demonstração da importância deste segmento inclusive pelo destaque do agronegócio de carnes no mercado brasileiro, bem como no mercado global, tendo em vista a Balança Comercial do País. Quando da edição da [Medida Provisória nº 103](#) de 1º de janeiro de 2003, depois convertida na [Lei nº 10.683](#), de 28 de maio deste mesmo ano, fica mantida a denominação e a estrutura organizacional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sendo-lhe no entanto retirados os assuntos relacionados aos assuntos pesqueiros.



1.1 CONTEÚDO GERAL POR NATUREZA JURÍDICA

1.1.1 DADOS IDENTIFICADORES DA UNIDADE JURISDICIONADA:

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			Código SIORG: 14
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Federal de Agricultura em Rondônia			
Denominação abreviada: SFA/RO			
Código SIORG: 14	Código LOA: 22101	Código SIAFI: 130083	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão da Administração Direta do Poder Executivo			
Principal Atividade: Agricultura			Código CNAE: 0161-9
Telefones/Fax de contato:	(069) 3901- 5601	(069)3901-5603	(069)3901-5620
Endereço eletrônico: gab-ro@agricultura.gov.br			
Página da Internet: http://www.agricultura.gov.br			
Endereço Postal: BR 364, Km 5,5 CEP 76.815.800, Porto Velho - Rondônia			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
<p>1.2 Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Capítulo I - Da Categoria e Finalidade Art. 1º Às Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, unidades descentralizadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, diretamente subordinadas ao Titular da Pasta, consoante orientações técnicas dos órgãos específicos singulares e setoriais do Ministério, compete executar atividades e ações de:</p> <p>I - defesa sanitária, inspeção, classificação e fiscalização agropecuárias; II - fomento e desenvolvimento agropecuários e da heveicultura; III - assistência técnica e extensão rural; IV - infra-estrutura rural, cooperativismo e associativismo rural; V - produção e comercialização de produtos agropecuários, inclusive do café, cana-de-açúcar, açúcar e álcool; VI - administração de recursos humanos e de serviços gerais; VII - programação, acompanhamento e execução orçamentária e financeira dos recursos alocados; VIII - qualidade e produtividade dos serviços prestados aos seus usuários; e IX - aperfeiçoamento da gestão da Superintendência.</p> <p>Parágrafo único. As Superintendências Federais têm jurisdição no âmbito de cada Estado da Federação e do Distrito Federal podendo haver alteração desse limite, no interesse comum, para execução das atividades de defesa agropecuária e de apoio à produção e à comercialização agropecuárias, à infra-estrutura rural, bem como ao cooperativismo e ao associativismo rural, mediante ato do Ministro de Estado.</p> <p>Art. 2º Compete, ainda, às Superintendências Federais a execução de específicas demandadas pela Secretaria-Executiva, relacionadas às inerentes competências de ouvidoria e de corregedoria.</p> <p>I. Nome Completo da Unidade e sigla Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Rondônia – SFA/RO, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA. II. Natureza Jurídica: Órgão da Administração direta do Poder Executivo. III. Vinculação Ministerial: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA/DF IV. Normativos de criação, definição de competência e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União. Decreto Imperial nº 1067 de 28 de julho de 1860; Decreto nº 1.142 de 2 de novembro de 1892; Decreto nº 19.448, de 3 de dezembro de 1930 ; Medida Provisória 150, convertida na Lei nº 8.028 de 12 de abril de 1990. Medida Provisória 2216-37 de 31 de agosto de 2001; Medida Provisória nº 103 de 1º de janeiro de 2003; Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2001 ; Decreto nº 5.351/2005. V. CNPJ; CNPJ: 00.396.895/0036-55</p>			



VI. Nome e Código no SIAFI 130083 - Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Rondônia – SFA – RO

VII. Código da UJ Titular do relatório 130083

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada

Portaria nº 300, de 16 de junho de 2005, publicada no D.O.U. de 20.06.2005

Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada

A SFA/RO utiliza os manuais técnicos elaborados pelo MAPA, por meio do site <http://intranet.agricultura.gov.br>

Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI	Nome
Não se aplica	Texto

Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI	Nome
Não se aplica	Texto

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões

Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
130083	000001

2 - DA ORGANIZAÇÃO

Art. 3º A organização das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SFA/MAPA-UF observará a seguinte estrutura básica:

I - Unidades de Assistência Direta:

1. Serviço ou Seção de Planejamento e Acompanhamento - SPA/SFA-UF; e
2. Serviço ou Seção de Suporte Técnico-Operacional e Comunicação Social - STC/SFA-UF;

II - Unidades de Execução Finalística :

a) Unidades Centrais:

1. Divisão Técnica - DT/SFA-UF;
 - 1.1. Serviço de Sanidade Agropecuária - SEDESA/DT-UF;
 - 1.2. Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários – SIPAG/DT-UF;
 - 1.3. Serviço ou Seção de Fiscalização Agropecuária –; SEFAG/DT-UF
 - 1.4. Serviço ou Seção de Política e Desenvolvimento Agropecuário - SEPDAG/DT-UF;
 - 1.4.1. Seção do Café - SECAF/SEPDAG-UF; e
 - 1.5. Serviço ou Seção de Gestão da Vigilância Agropecuária - VIGIAGRO/DT-UF;

b) Unidades Descentralizadas:

1. Serviço de Vigilância Agropecuária - SVA-[local]/VIGIAGRO/DT-UF;
2. Unidade de Vigilância Agropecuária - UVAGRO-[local]/VIGAGRO/DT-UF;
3. Unidade Técnica Regional de Agricultura, Pecuária e Abastecimento-UTRA-[local]/DT-UF;
4. Estação Quarentenária - EQ-[local]/SEDESA-UF;
5. Unidade Armazenadora de Café - UAC-[local]/SEPDAGUF;
6. Centro de Desenvolvimento Agropecuário - CDA-[local]/DT-UF; e
7. Centro de Mecanização e Aviação Agrícola - CMAV-[local]/DT-UF;

III - Unidades de Apoio Operacional:

1. Divisão ou Serviço de Apoio Administrativo - DAD/SFA-UF ou SAD/SFA-UF;
 - 1.1. Seção de Atividades Gerais - SAG/DAD-UF ou SAG/SAD-UF;
 - 1.1.1. Setor de Material e Patrimônio - SMP/SAG-UF;
 - 1.1.2. Setor de Transportes - STR/SAG-UF;
 - 1.1.3. Setor de Protocolo - SPR/SAG-UF;
 - 1.2. Serviço ou Seção de Recursos Humanos - SRH/DADUF ou SRH/SAD-UF;
 - 1.2.1. Setor de Administração de Pessoal - SAP/SRH-UF;
 - 1.2.2. Setor de Desenvolvimento de Pessoas - SDP/SRHUF;



1.3. Serviço ou Seção de Execução Orçamentária e Financeira - SEOF/DAD-UF ou SEOF/SAD-UF;

1.4. Seção de Tecnologia da Informação - STI/DAD-UF ou STI/SAD-UF.

§ 1º Os caracteres UF, incorporados às siglas definidas neste artigo, correspondem às abreviaturas identificadoras das respectivas Unidades da Federação em que se localizam as Superintendências Federais.

§ 2º Para identificação específica das Unidades Descentralizadas de Execução Finalística, serão inseridos, nas siglas indicadas neste artigo, no campo [local], três caracteres identificadores da cidade de localização.

Art. 4º As Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, exceto as dos Estados de Mato Grosso e da Paraíba, têm sedes nas capitais dos Estados e no Distrito Federal.

§ 1º A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no Estado do Mato Grosso, SFA/MAPA-MT, tem sede na cidade de Várzea Grande/MT.

§ 2º A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no Estado da Paraíba, SFA/MAPA-PB, têm sede na cidade de Cabedelo/PB.

Art. 5º As Unidades Organizacionais definidas nas alíneas “a” e “b”, inciso II, art. 3º, deste Anexo I, são integradas, obrigatoriamente, por Responsáveis Técnicos de segmentos específicos, indicados pelo titular da respectiva Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de acordo com os quantitativos definidos no Anexo III e as disposições legais que regulamentam a carreira de Fiscal Federal Agropecuário.

§ 1º Os segmentos específicos de responsabilidade técnica estabelecidos para as Unidades Centrais de Execução Finalística, previstas na alínea “a”, inciso II, art 3º, deste Anexo I, contam com Responsáveis Técnicos indicados tendo em vista critérios estabelecidos nos instrumentos de planejamento, orçamento e gestão do MAPA e de acordo com o quantitativo definido no Anexo III.

§ 2º Os segmentos específicos de responsabilidade técnica estabelecidos para as Unidades Descentralizadas de Execução Finalística, conforme itens nºs 1, 2, 3 e 4, da alínea “b”, inciso II, art. 3º, deste Anexo I, poderão contar com até dois Responsáveis Técnicos, para atuação nas áreas animal e vegetal, de acordo com o quantitativo definido no Anexo III.

Art. 6º O Serviço de Vigilância Agropecuária (SVA-local/VIGIAGRO-UF), em número e localização definidos no Anexo IV, por indicação do Secretário de Defesa Agropecuária, ouvido o Titular da respectiva Superintendência Federal, atuará em portos e aeroportos internacionais e em postos de fronteiras internacionais.

Art. 7º A Unidade de Vigilância Agropecuária (UVAGRO-[local]/VIGIAGRO-UF), em número e localização definidos no Anexo IV, por indicação do Secretário de Defesa Agropecuária, ouvido o Titular da respectiva Superintendência Federal, atuará em portos, aeroportos, postos de fronteiras internacionais e em demais locais e recintos alfandegados, bem como em pontos estratégicos de defesa agropecuária.

Art. 8º A Unidade Técnica Regional de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (UTRA-[local]/DT-UF), em número e localização definidos no Anexo IV, atuará como unidade técnico-operacional e de apoio administrativo da SFA/MAPA, com jurisdição em região do Estado.

§ 1º A instalação da Unidade referida no caput deste artigo será precedida de solicitação do respectivo Titular da Superintendência Federal, ouvidos os órgãos competentes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, sendo pré-requisitos:

I - demandas setoriais;

II - disponibilidade de, no mínimo, dois Fiscais Federais Agropecuários e de demais servidores públicos ou terceiros advindos de parcerias formalizadas.

§ 2º A Unidade Técnica Regional de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por iniciativa do Titular da SFA/MAPA, poderá ser incluída pelo Secretário de Defesa Agropecuária, como unidade integrante do Sistema de Vigilância Agropecuária e, neste caso, contará, adicionalmente, com até dois Responsáveis Técnicos.

§ 3º Na situação prevista no parágrafo anterior, os Responsáveis Técnicos que atuam na área de vigilância agropecuária, ficam vinculados tecnicamente ao VIGIAGRO/DT-UF e administrativamente subordinados a respectiva UTRA-[local]/DT-UF.

Art. 9º A Unidade Armazenadora de Café, em número e localização definidos no Anexo IV, atuará na gestão da armazenagem dos estoques de café.



Parágrafo único. As Unidades Armazenadoras de Café dispõem de onze Funções Gratificadas - FG-3, de Assistente Intermediário, que serão distribuídos pelo Titular da respectiva Superintendência Federal, ouvido o Secretário de Produção e Agroenergia.

3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL: DECRETO Nº 5.351/2005 SFA/RO

Superintendente - GAB

Assistente (DAS 2)

Seção de Planejamento e Acompanhamento – SPA (FG 1)

Divisão Técnica – DT (DAS 2)

Serviço de Apoio Administrativo – SAD (DAS 1)

Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários SIPAG (DAS 1)

Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário SEPDAG (DAS 1)

Serviço de Sanidade Agropecuária SEDESA (DAS 1)

Seção de Atividades Gerais SAG (FG 1)

Seção de Execução Orçamentária e Financeira SEOF (FG 1)

Seção de Recursos Humanos SRH (FG 1)

Serviço de Fiscalização Agropecuária SEFAG (DAS 1)

Unidade de Vigilância Agropecuária UVAGRO-PVH

Unidade de Vigilância Agropecuária UVAGRO-GRM

Setor de Protocolo SPR (FG 2)

Setor de Material e Patrimônio SMP (FG 2)

Setor de Transportes STR (FG 2)

Serviço de Gestão da Vigilância Agropecuária VIGIAGRO (DAS 1)

Setor de Administração de Pessoal STR (FG 2)

3 1 Publicações no DOU do Regimento Interno ou Estatuto da Unidade Jurisdicionada de que trata as contas;

A Portaria nº 300, DE 16 DE JUNHO DE 2005, (DOU Nº 086, segunda-feira, 20 de junho de 2005) do MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, do Decreto nº 5.351, de 21 de janeiro de 2005, resolve: Art. 1º Aprovar o Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na forma dos Anexos I, II, III e IV à presente Portaria. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 576, de 8 de dezembro de 1998.

4. AUTORIDADES DO MAPA

2.1. Presidente da República

Luis Inácio Lula da Silva

2.2. Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Reinhold Steplanes

2.3. Chefe de Gabinete do Ministro

Maria das Graças Fonte

2.4. Chefe da Assessoria de Gestão Estratégica

Derli Dossa

2.5. Secretário Executivo

José Gerardo Fomtelles

2.6. Secretária de Defesa Agropecuária

Inácio Afonso Kroetz

2.7. Secretária de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo

Marcio Antonio Portocarrero

2.8. Secretária de Política Agrícola

Edilson Guimarães

2.9. Secretário de Produção e Agroenergia

Manoel Vicente Fernandes Bertone

2.10. Secretária de Relações Internacionais do Agronegócio

Célio Brovino Porto

2.08. Coordenador das Superintendências do MAPA

Estela Alves Medeiros



5. TITULARES DA SFA/RO

3.1. Superintendência Federal de Agricultura em Rondônia

FFA – Sidney Antonio Liberati

3.2. Assessora de Gabinete

Simone Cassupá de Souza

3.3. Seção de Planejamento e Acompanhamento

TFFA – Domicio Campos Oliveira

3.4. Serviço de Apoio Administrativo

Ag. Adm. – Marlene Maia de Castro

3.5. Divisão Técnica Agropecuária

FFA – Sergio Lúcio Valadão de Miranda

3.6. Serviço de Fiscalização Agropecuária

FFA – Rogério Evaldo Plucheg

3.7. Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário

FFA – Sebastião Ferreira Farias

3.8. Serviço de Gestão da Vigilância Agropecuária

FFA – Rivaldo Elias Koury Góes

3.9. Serviço de Sanidade Agropecuária

FFA – Michiko Kuroda

3.10. Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários

FFA – Francisco Ives Tavares

3.08. Seção de Execução Orçamentária e Financeira

Ag. Adm. – Elizabete Casara

3.12. Seção de Recursos Humanos

Ag. Adm. - Maria das Graças Guillen

3.13. Seção de Atividades Gerais

TFFA – Raimundo Nonato Cardoso

3.14. Setor de Transporte

Ag. Adm. – Francisco Vitaliano

3.15. Setor de Material E Patrimônio

Ag. Adm. - Tânia Mara Coelho Costa

3.16. Setor de Protocolo

Ag. Port. - Sérgia Ferreira Lima

3.17. Setor de Administração Pessoal

Ag. Adm. – Maria das Graças Guillen

3.18. Setor de Desenvolvimento de Pessoas

Ag. Adm. - Selene da Silva Costa Figueiredo

3.19. Unidade Técnica Regional de Agricultura de Ariquemes

FFA – João Carlos de Araújo Aranha

3.20. Unidade Técnica Regional de Agricultura de Cacoal

FFA – Nestor Kannenberg

3.21. Unidade Técnica Regional de Agricultura de Ji-Paraná

FFA – Ângelo José de Oliveira

3.22. Unidade Técnica Regional de Agricultura de Ouro Preto D' oeste

FFA - Anna Karina Viegas

3.23. Unidade Técnica Regional de Agricultura de Rolim de Moura

FFA – João Gabriel Marçal

3.24. Unidade Técnica Regional de Agricultura de Vilhena

FFA - Fernando José Soares Pinto

3.25. Unidade de Vigilância Agropecuária de Guajará Mirim

FFA – Fernando Mena Diehl

3.26. Unidade de Vigilância Agropecuária de Porto Velho

FFA – Gilberto Carvalho de Castro

6. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS



Apresentamos nesta ocasião o nosso RELATÓRIO DE GESTÃO 2008, em cumprimento ao que estabelece Instrução Normativa TCU nº 57, de 27 de agosto de 2008, a Decisão Normativa nº 93, de 03 de Dezembro de 2008 - Decisão Normativa TCU nº 94, de 03 de Dezembro de 2008, a Portaria CGU nº 2.238, de 19 de Dezembro de 2008 e Norma de Execução nº 03 de 19 de Dezembro de 2008 e Decisões Normativas TCU nº 93/2008 e 94/2008, com o objetivo de mostrar o cenário da agricultura no Estado de Rondônia, principalmente, o serviço do Governo Federal no controle de doenças de animais e vegetais nas fronteiras do País com a Bolívia, onde nossa meta maior é o combate a febre aftosa e fiscalizações dos frigoríficos do nosso Estado, visando apresentar à sociedade brasileira uma carne sadia e outros produtos de primeira qualidade como o leite. Estamos aplicando recursos do Governo Federal com compras de equipamentos que nos dão condições de exercer uma melhor fiscalização nas fronteiras, aderimos parcerias com outros órgão do governo estadual ligados a Agricultura, onde juntos estamos impedindo a entrada de gados doentes em nosso Estado. Assim, colocamos à disposição dos contribuintes, interessados, demais gestores da pasta, órgãos controladores e fiscalizadores, internos e externos, os resultados dos Programas que têm Ações / Planos Internos – PI's do PLANO PLURIANUAL – PPA 2008-2009, desenvolvidos pela Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Rondônia – SFA/RO, oportunizando desta forma para uma análise crítica não somente da Unidade Executora das ações, mas, e principalmente, de todos os segmentos da sociedade. Visa também: relatar nossos trabalhos durante o exercício de 2008; as ações planejadas; as metas executadas; recursos liquidados; entraves encontrados à execução das metas e demonstra com transparência nosso desempenho em favor da comunidade.

Face ao que será relatado, temos a convicção de que buscamos desempenhar bem o papel constitucional, institucional e funcional reservado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Sidney Antonio Liberati
Superintendente Federal da SFA-RO

7. OBJETIVOS E PRIORIDADES DEFINIDAS PARA O EXERCÍCIO DE 2010

O objetivo maior do serviço de Fiscalização Agropecuária é executar as atividades de credenciamento e fiscalização dos estabelecimentos que produzem e comercializam, importam e exportam produtos e insumos agropecuários como sementes, mudas, fertilizantes, corretivos, inoculantes, agrotóxicos, material genético animal, produtos veterinários, sal mineral e alimentos para animais. Executa ainda a fiscalização de empresas promotoras de eventos como leiloeiras e prestadoras de serviços Agropecuários e fitossanitários como fumigação, expurgo e aviação agrícola. Todas estas atividades têm como objetivo fazer com que o consumidor final adquira produtos e serviços com segurança e qualidade.

As principais ações da SFA-RO, através do serviço de Fiscalização Agropecuária tem sido a fiscalização do comércio de sementes, mudas, fertilizantes, produtos veterinários, insumos destinados à alimentação animal, cadastramento e credenciamento de produtores e comerciantes de mudas e sementes. Assim, estaremos ampliando a geração de emprego e renda nas regiões produtoras de cacau mediante o desenvolvimento e verticalização da atividade agropecuária Regional.

A prioridade neste ano é para a exportação de carne no Estado de Rondônia, para isto estamos ampliando as fiscalizações em nossos frigoríficos que já estão aptos tecnicamente a exportar carne para qualquer nação do planeta, para isto estamos em parcerias com órgão do governo estadual e recebemos incentivos na fiscalizações dos nossos rebanhos.

Também desejamos elevar a performance dos rebanhos bovinos e bubalinos mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas.

A competitividade no setor de aves a nível internacional exige que o Brasil mantenha a cadeia de avicultura bem articulada e provida de todos os meios para suplantar a concorrência internacional, incluindo a disponibilidade de novas tecnologias.

Assim, nosso objetivo maior é oferecer segurança para a população dos produtos por nós fiscalizados, contribuindo para o crescimento da agricultura brasileira.



8 - GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES

8.1 - PROGRAMAS

Nome do Programa: Segurança da sanidade na agropecuária.

Cód. 0357.

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Prevenir o ingresso, a disseminação e o estabelecimento de pragas e enfermidades, assegurando a saúde dos animais que constituam ou possam constituir ameaças à pecuária nacional, de forma a garantir a sanidade dos produtos, subprodutos e derivados e a qualidade dos insumos importados e exportados.

Gerente do Programa: Inácio Afonso Kroetz.

Gerente Executivo: Oscar de Aguiar Rosa Filho.

Indicadores: Fiscalização Realizada (economicidade, eficiência, eficácia e efetividade).

Público Alvo: Exportadores, Importadores e Seus Representantes Legais.

PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA:

PI FISCANIMAL2 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos.

Dispositivos Legais: Os principais dispositivos legais para esta atividade são o Manual do Vigiagro – Instrução Normativa nº 36/2006, Decreto nº 24.548/1934 e demais legislações específicas, principalmente na importação.

GESTÃO DAS AÇÕES

Tipo: Direta

Finalidade: Impedir a entrada e disseminação no país, de doenças de animais e seus produtos, oriundos de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e saúde da população.

Descrições: vigilância e controle zoossanitário em portos, aeroportos, postos de fronteiras e estações aduaneiras do interior, tanto nas importações como nas exportações de animais e produtos animais.

Unidade Responsável pelas decisões estratégicas: VIGIAGRO/SDA/MAPA.

Unidades Executoras: SFA/RO

Área Responsável por gerenciamento ou execução: VIGIAGRO / DT-RO.

O atendimento para fiscalização é feito nos seguintes locais:

Unidade Vigiagro	Município	Localização
Aeroporto Internacional Governador Jorge Teixeira	Porto Velho	Av. Gov. Jorge Teixeira, s/nº - Bairro Aeroporto
Posto de Fronteira de Guajará-Mirim	Guajará-Mirim	Trav. Nicolau Jorge, 648 - Bairro Centro
Sociedade de Portos e Hidrovias do Estado de Rondônia (*)	Porto Velho	Rua Terminal dos Milagres, 400 - Bairro Balsa

(*) Atendimento vinculado ao Aeroporto Internacional Governador Jorge Teixeira.

Coordenador Nacional da Ação: Oscar de Aguiar Rosa Filho.

Responsável pela execução da ação no nível local: Rivaldo Elias Koury Góes.

RESULTADOS:

Metas Físicas

Especificação	Programado	Realizado
Fiscalização Realizada	5.730	31.874
Capacitação Técnica Realizada	2	1



Participação em Evento Nacional Realizado	2	4
Participação em Grupo e Comissão	4	4

Dados do VIGIAGRO/DT-RO, 2009.

Fiscalização Realizada: A programação do produto “fiscalização realizada” foi elaborada com base na execução das atividades do último ano. No entanto, o comércio internacional pode sofrer variações nas quantidades de produtos agropecuários exportados ou importados, bem como pode ocorrer o aumento ou diminuição de passageiros em trânsito, devido a inúmeras variáveis, entre elas, a flutuação do câmbio e a imposição de restrições de ordem sanitária pelos países, etc., influenciando na demanda do Serviço.

Capacitação Técnica Realizada: O curso objetivando capacitação técnica, foi viabilizado com a participação do fiscal federal agropecuário envolvido na ação.

O curso de capacitação objetivando identificação de espécies de peixes ornamentais foi programado, para a cidade de Manaus-AM. No entanto, não foi possível a realização do mesmo no exercício de 2009.

Evento	Nº de Participantes	Local
Formação de Auditores da Vigilância Agropecuária Internacional	01	Brasília-DF

Participação em Evento Nacional Realizado: Reuniões em outra Unidade da Federação.

Evento	Nº de Participantes	Local
Visita técnica em Unidade vinculada	02	Porto Velho-RO

Participação em Grupo e Comissão: O Sistema VIGIAGRO pela natureza de suas competências mantém integração com os órgãos intervenientes do comércio exterior, por meio de Reuniões como a Receita Federal, ANVISA (Guajará-Mirim) e Infraero (Porto Velho). Estas Reuniões são realizadas com periodicidade.

Dentro do Sistema de Gestão do VIGIAGRO, este Serviço é membro do Subcomitê do Sistema de Vigilância Internacional dos Postos de Fronteiras.

Evento	Nº de Participantes	Local
Reunião do Subcomitê dos Postos de Fronteiras	01	Uruguaiana-RS
Reunião c/ Receita Federal e ANVISA	01	Guajará-Mirim-RO

Metas Financeiras

Elemento de Despesa	Programado – R\$	Liberado – R\$	Executado – R\$
3390-14	6.700,00	6.400,00	3.480,00
3390.30	7.000,00	13.500,00	13.500,00
3390.33	8.600,00	3.600,00	3.600,00
3390-39	8.000,00	4.000,00	4.000,00
4490-52	40.000,00	40.000,00	39.680,00
T o t a l	70.300,00	67.500,00	64.260,00

Dados do VIGIAGRO/DT-RO, 2009.

A) Principais Despesas: O pagamento das despesas, como a aquisições de: material permanente, combustíveis e lubrificante, material de expediente e informática, manutenção de equipamentos, foram cobertas por este Plano Interno. Outras despesas, como: energia elétrica, água, telefonia, limpeza e conservação, foram cobertas pelo PI MANUT.

B) Principal Fonte Financiamento: Os recursos financeiros do PI relativo às ações do Programa – FISCANIMAL são gerenciados pela Coordenação Geral do VIGIAGRO e descentralizados para utilização direta pelo Serviço de Gestão em Rondônia.

C) Adequação dos Valores Gastos: Os recursos financeiros foram programados para a manutenção e investimento no Serviço de Gestão do VIGIAGRO/DT-RO e nas Unidades de Vigilância Agropecuária em Porto Velho e Guajará-Mirim, localizados em dois Municípios distintos, onde o serviço possui escritórios estabelecidos.



D) Principais Recursos Materiais e Humanos: As instalações físicas, equipamentos e mobiliário à disposição das unidades de vigilância agropecuária internacional em Guajará-Mirim, são adequados. Na unidade em Porto Velho, não foi disponibilizado condições de funcionamento pelo administrador do recinto alfandegado (Infraero).

Os recursos humanos nas unidades do Vigiagro-RO, considerando que a lotação de pessoal, incluindo fiscais e servidores de apoio técnico, não é suficiente para atender à demanda de trabalho, conforme demonstra a tabela a seguir:

Cargo	Quantidade					
	Quadro Atual		Nº Necessário		Deficiência	
	Porto Velho	Guajará-Mirim	Porto Velho	Guajará-Mirim	Porto Velho	Guajará-Mirim
FFA – Médico Veterinário	00	01	01	02	01	01
TFFA – Agente de Atividades Agropecuária	00	03	02	04	02	01
Agente Administrativo	00	04	01	04	01	00
Agente de Portaria	00	01	00	01	00	00
Motorista Oficial	00	01	00	01	00	00
Auxiliar Operacional de Serviços Diversos	00	03	01	03	01	00
Estagiário	01	00	01	00	00	00
TOTAL	01	13	06	15	05	02

Dados do VIGIAGRO/DT-RO, 2009.

E) Eventuais Insucessos: Deficiência de Fiscais Federais Agropecuários com formação em Medicina Veterinária na UVAGRO em Guajará-Mirim dificulta a realização efetiva da fiscalização e inspeção de animais e produtos animais, principalmente em bagagens acompanhadas e desacompanhadas – exportação / importação, pelo terminal de passageiros, já que naquela unidade está lotado apenas um FFA Médico Veterinário.

F) Contratação e parcerias: Não houve contratação de Fiscal Federal Agropecuário com formação em Medicina Veterinária para atender as demandas na fiscalização e inspeção junto as suas Unidades e nem estabelecimento de parcerias no exercício.

G) Despesas com: Diárias: R\$ 3.480,00 **Passagens:** R\$ 3.600,00

H) TRANSFERÊNCIA, DE PI PARA PI, OU DE UNIÃO PARA SFA: Não houve no exercício.

DESEMPENHO OPERACIONAL

A) Utilidade: Cumprimento das exigências, de ordem sanitária e documental, estabelecidas para animais, produtos e insumos pecuários para saída (emissão de certificação) ou entrada no País (despacho autorizado/liberação ou apreensão de bagagem), efetivando o alcance da ação, ou seja, exercendo o devido controle para a não disseminação de enfermidades animais.

B) ÍNDICES DE DESEMPENHO FÍSICO/FINANCEIRO DO PI FISCANIMAL2 EM 2009:

Indicadores de Desempenho: Os indicadores de desempenho propostos foram: economicidade, eficiência, eficácia e efetividade. Para avaliação desses indicadores será utilizado o produto **FISCALIZAÇÃO REALIZADA**, visto que o mesmo foi eleito dentro do Sistema como aquele que melhor reflete as ações da área animal (FISCANIMAL2).

Isto posto, apresentamos a seguir a avaliação com base nos indicadores propostos e respectivos comentários:

PRODUTO	INDICADOR			
	ECONOMICIDADE	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
FISCALIZAÇÃO REALIZADA	<u>VA = 41.460,00 (R\$)</u>	<u>VA = -10,25 (R\$)</u>	<u>VA = 26.114 (UN)</u>	<u>VA = 26.114 (UN)</u>
	<u>VR = 181,84 %</u>	<u>VR = - 83,60 %</u>	<u>VR = 456,26 %</u>	<u>VR = 556,26 %</u>



Dados do VIGIAGRO/DT-RO, 2009.

ECONOMICIDADE - Avaliação do custo do produto em relação ao exercício anterior.

VA: Variação Absoluta = CR 2009 – CR 2008

VR: Variação Relativa = (CR 2009 / CR 2008) x 100 – 100

CR: Custo Realizado

VA: 64.260,00 – 22.800,00 = 41.460,00

VR: (64.260,00 / 22.800,00) x 100 – 100 = 181,84 %

Obs: Em 2008, houve, somente, a liberação de R\$ 22.800,00, para o pagamento de despesas, em sua grande parte, como a aquisição de combustíveis, de material de expediente, de material de informática e de diárias e passagens.

Em relação a 2008, considerando os valores de custeio e investimento, foram gastos a mais em 2009, R\$ 41.460,00.

EFICIÊNCIA - Avaliação do custo do produto em relação à estimativa inicial (R\$/produto).

CU: Custo Unitário

R: Realizado

P: Programado

Q: Quantidade

CUR = CR / QR = (64.260,00 / 31.874) = R\$ 2,01

CUP = CP / QP = (70.300,00 / 5.730) = R\$ 12,26

VA: CUR – CUP = 2,01 – 12,26 = -10,25

VR: (CUR / CUP) x 100 – 100 = - 83,60 %

Obs: Quando comparado o custo unitário da ação programada em relação ao realizado, observou-se uma redução de 83,60 %. Ou seja, mesmo com a redução dos valores orçamentários disponibilizados, as ações previstas foram superadas.

EFICÁCIA - A eficácia é avaliada calculando-se o percentual do número de partidas inspecionadas relacionado com a meta física programada.

VA: QR – QP = 31.874 – 5.730 = 26.144

VR: (QR / QP) x 100 – 100 = (31.874 / 5.730) x 100 – 100 = 456,26 %.

EFETIVIDADE - Trata-se do cálculo do percentual de partidas inspecionadas relativo à quantidade total de partidas demandadas para certificação/despacho, cujas rotinas operacionais variam a cada grupo de produto ou espécies em trânsito (análise documental, verificação física, amostragem e emissão ou não de Termos de Ocorrência).

QT: Quantidade total de fiscalizações realizadas

VA: QR – QP = 31.874 – 5.730 = 26.144

VR: (QR / QP) x 100 = (31.874 / 5.730) x 100 = 556,26 %

Obs: A eficácia do PI em análise foi de 456,26%, representando a execução de 26.144 Fiscalizações realizadas, adicionalmente a programada (556,26%). Isto se deve na intensificação do trânsito internacional de passageiros, através do Ponto de Fronteira Alfandegado no Município de Guajará-Mirim. Isto os remete também a urgência de adequarmos a UVAGRO em Guajará-Mirim de infra-estrutura e pessoal técnico (com formação em NS e NM), frente à crescente demanda.

C) RESULTADO DO INDICADOR NO EXERCÍCIO: O produto **FISCALIZAÇÃO REALIZADA** se refere ao somatório dos Termos de Fiscalização e Termos de Apreensão, pois, operacionalmente, cada partida inspecionada gera um **Termo de Fiscalização** (carga e encomenda) ou **Termo de Apreensão** (bagagem), de acordo com o que estabelece o Manual do VIGIAGRO.



Exportação da Área Animal							
Produtos Certificados – VIGIAGRO-RO – Exercício 2009							
Ponto de Egresso	País de Destino	Produto	Nº de Fiscalizações	Quant.	Unid.	Valor-R\$	Valor-US\$
Guajará-Mirim	Bolívia	Bovino p/ cria	07	846	cab.	303.772,00	148.842,68
Guajará-Mirim	Bolívia	Suplemento Mineral	13	206,017	t	220.061,00	121.890,81

Fiscalização de Bagagem Acompanhada da Área Animal				
VIGIAGRO-RO – Exercício 2009				
Ponto de Ingresso	País de Origem	Nº de Passageiros Desembarcados	Nº de Bagagens Inspecionadas	Nº de Termos de Fiscalização/Retenção de Bagagem/Encomenda
Guajará-Mirim	Bolívia	294.167	31.854	73

Fiscalização de Bagagem Acompanhada da Área Animal – Transporte Fluvial				
Produtos Apreendidos c/ Destruição Imediata - VIGIAGRO-RO - Exercício 2009				
Ponto de Ingresso	País de Origem	Produto Apreendido	Nº de Apreensões	Quantidade (kg)
Guajará-Mirim	Bolívia	Pescado salgado	01	250
Guajará-Mirim	Bolívia	Produtos lácteos	05	325

D) DISFUNÇÕES ESTRUTURAIS OU SITUACIONAIS:

SITUACIONAL/ESTRUTURAL: O Vigiagro tem entre seus principais objetivos padronizar e harmonizar os procedimentos de fiscalização agropecuária nos pontos de ingresso e egresso alfandegados e impedir a entrada no Brasil de pragas e doenças oriundas de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, bem como garantir a fitozoossanidade e a qualidade dos produtos exportados.

As principais atividades desenvolvidas nas unidades de vigilância agropecuária internacional em Rondônia podem assim ser resumidas: realização de exames de animais; inspeção de produtos agropecuários, caixas e materiais de acondicionamento e embalagens, produtos para alimentação animal, produtos veterinários e de agrotóxicos; exame de bagagens de passageiros em trânsito internacional; aplicação de medidas de desinfecção, desinfestação, apreensão, interdição ou destruição de animais, vegetais, parte de vegetais, de seus produtos e derivados, além de materiais de acondicionamento e embalagens; expedição de certificados sanitários para trânsito internacional; e análise e tratamento no licenciamento de importação e exportação, conforme legislação vigente.

É sabido que os principais meios de introdução de pragas são produtos trazidos por passageiros de viagens internacionais, veículos, material vegetal para consumo e cultura, importação para fins científicos sem autorização do MAPA, vetores, cargas não-agrícolas e embalagens.

Ainda, com relação ao ingresso ilegal de produtos no País, um dos principais pontos de entrada é por bagagens de passageiros de viagens internacionais. Não se pode desconsiderar, também, a existência de outras rotas de entrada, a exemplo de contrabando em fronteira. Porém, esses casos fogem à competência de atuação direta do MAPA.

Quanto aos produtos de origem animal, a questão se torna mais severa, considerando que, além do potencial impacto econômico gerado pela contaminação de animais de criação, as doenças de origem animal podem afetar a saúde humana, com risco de morte, em alguns casos.

Face à relevância das atividades desenvolvidas no âmbito do Vigiagro-RO, endendeu-se que para melhorar a eficácia e a eficiência das fiscalizações nas execuções das ações de vigilância agropecuária nas duas unidades em Rondônia, é fator decisivo que sejam superadas as seguintes disfunções:

- I. À deficiência da realização dos procedimentos de fiscalização previsto na legislação básica, que tem como causas, dentre outras, o número insuficiente de fiscais nas duas unidades em Rondônia.
- II. A falta de infra-estrutura destinada à operacionalização do programas na unidade de Porto Velho. Constatase que as instalações físicas, equipamentos e mobiliário à disposição das unidades são inadequados. Aponta-se como a principal causa para essa situação o fato de que a unidade foi instalada sem que fossem disponibilizadas condições ideais de funcionamento pelo administrador do recinto (Infraero).



- III. A falta de consenso quanto à obrigatoriedade de fornecimento de condições mínimas para operação da vigilância agropecuária por parte do administrador do recinto alfandegado (Infraero), apresenta-se como entrave ao fornecimento de instalação adequada.
- IV. A falta de utilização de critérios de fiscalização que levem em consideração o risco fitozoossanitário no caso da fiscalização de bagagens no terminal de passageiros em Guajará-Mirim. De acordo com a IN nº 36/2006, a fiscalização em bagagem acompanhada será realizada em consonância com a Receita Federal, atendendo a legislação vigente. Na prática verifica-se que a fiscalização de bagagens naquele terminal é realizada apenas quando demandada pela Receita Federal ou quando, mediante identificação visual.
- V. A falta de integração entre os servidores da fiscalização agropecuária e os da fazenda para a realização de fiscalização das bagagens de passageiros. Muitas das vezes os fiscais da fazenda não permitem o acompanhamento da verificação da bagagem, causando constrangimento e dificuldade à fiscalização.
- VI. A carência de recursos humanos nas unidades do Vigiagro-RO, considerando que a lotação de pessoal, incluindo fiscais agropecuários e servidores de apoio técnico e administrativo não é suficiente para atender à demanda de trabalho. A insuficiência, principalmente de fiscais compromete a atividade de fiscalização, enquanto a de servidores de apoio ocasiona o desvio de fiscais para atividades não finalísticas, como atendimento ao público e digitação de dados.
- VII. De forma geral, o déficit de agrônomos, veterinários e de apoio técnico é de 50% nas unidades do Vigiagro-RO.
- VIII. A ausência de implementação das recomendações propostas na auditoria e supervisão, para a correção das impropriedades nos procedimentos de fiscalização, com reflexos negativos sobre o desempenho do programa.

Conclusão:

De um modo geral, os procedimentos de fiscalização previstos na legislação básica estão sendo realizados de modo ineficiente, em razão do número insuficiente de fiscais e de pessoal de apoio técnico nas unidades e da infra-estrutura física para a realização dos trabalhos.

Tendo em vista a continuidade do aporte de recursos dentro do programado, esperamos ter cumprido as metas na totalidade, em função dos indicadores analisados. No geral o ano foi positivo, com descentralização de recursos orçamentários e financeiros para deslocamento, aquisição de material de consumo e permanente e prestação de serviços de terceiros. Os custeios e investimentos no Serviço de Gestão, especificamente na UVAGRO-FGJM, objetivou a Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos utilizados na pecuária, como carga e encomenda e/ou bagagem acompanhada e desacompanhada pelo terminal de passageiros.

Nome do Programa: Segurança da sanidade na agropecuária.

Cód. 0357.

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Prevenir o ingresso, a disseminação e o estabelecimento de pragas ou doenças, de forma a garantir a sanidade dos vegetais, parte de vegetais e produtos agrícolas, cuja introdução no país possa constituir perigo para as culturas nacionais.

Gerente do Programa: Inácio Afonso Kroetz.

Gerente Executivo: Oscar de Aguiar Rosa Filho.

Indicadores: Fiscalização Realizada (economicidade, eficiência, eficácia e efetividade).

Público Alvo: Exportadores, Importadores e Seus Representantes Legais.

PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA: Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de vegetais, partes de vegetais e produtos agrícolas.

Dispositivos Legais: Os principais dispositivos legais para esta atividade são o Manual do Vigiagro – Instrução Normativa nº 36/2006, Decreto nº 24.114/1934 e demais legislações específicas, principalmente na importação.



GESTÃO DAS AÇÕES

Tipo: Direta

Finalidade: Impedir a entrada e disseminação no país, de pragas vegetais, oriundos de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e saúde da população.

Descrições: Vigilância e controle fitossanitário em portos, aeroportos, postos de fronteiras e estações aduaneiras do interior, tanto nas importações como nas exportações de vegetais, partes de vegetais e produtos agrícolas.

Unidade Responsável pelas decisões estratégicas: VIGIAGRO/SDA/MAPA.

Unidades Executoras: SFA/RO.

Área Responsável por gerenciamento ou execução: VIGIAGRO/DT-RO.

O atendimento para fiscalização é feito nos seguintes locais:

Unidade Vigiagro	Município	Localização
Aeroporto Internacional Governador Jorge Teixeira	Porto Velho	Av. Gov. Jorge Teixeira, s/nº - Bairro Aeroporto
Posto de Fronteira de Guajará-Mirim	Guajará-Mirim	Trav. Nicolau Jorge, 648 - Bairro Centro
Sociedade de Portos e Hidrovias do Estado de Rondônia (*)	Porto Velho	Rua Terminal dos Milagres, 400 - Bairro Balsa

(*) Atendimento vinculado ao Aeroporto Internacional Governador Jorge Teixeira.

Coordenador Nacional da Ação: Oscar de Aguiar Rosa Filho.

Responsável pela execução da ação no nível local: Rivaldo Elias Koury Góes.

RESULTADOS:

Metas Físicas

Especificação	Programado	Realizado
Fiscalização Realizada	6.365	32.488
Capacitação Técnica Realizada	15	15
Participação em Evento Nacional Realizado	6	6
Participação em Grupo e Comissão	4	4

Dados do VIGIAGRO/DT-RO, 2009.

Fiscalização Realizada: A programação do produto “fiscalização realizada” foi elaborada com base na execução das atividades do último ano. No entanto, o comércio internacional pode sofrer variações nas quantidades de produtos agropecuários exportados ou importados, bem como pode ocorrer o aumento ou diminuição de passageiros em trânsito, devido a inúmeras variáveis, entre elas, a flutuação do câmbio e a imposição de restrições de ordem sanitária pelos países, etc., influenciando na demanda do Serviço.

Capacitação Técnica Realizada: Os cursos e treinamento objetivando capacitação técnica, foram viabilizados com as participações dos fiscais federais agropecuários e pessoal de apoio técnico e administrativo envolvidos na ação.

Evento	Nº de Participantes	Local
Curso de Identificação de Madeiras e Pragas Florestais Quarentenárias	02	Curitiba-PR
Treinamento para a implementação da IN nº 34/2009.	13	Guajará-Mirim-RO

Participação em Evento Nacional Realizado: Supervisão/ Visita Técnica em Unidade Vinculada e Reunião em outra Unidade da Federação.

Evento	Nº de Participantes	Local
Intercâmbio técnico-operacional (Atendimento Emergencial)	01	Manaus-AM



Supervisão/Visitas Técnicas de Unidades	02	Guajará-Mirim-RO
Supervisão/Visitas Técnicas de Unidades	02	Porto Velho-RO
Participação em Auditoria Técnico-Operacional	01	Santarém-PA

Participação em Grupo e Comissão: O Sistema VIGIAGRO pela natureza de suas competências mantém integração com os órgãos intervenientes do comércio exterior, por meio de Reuniões como a Receita Federal, ANVISA (Guajará-Mirim) e Infraero (Porto Velho). Estas Reuniões são realizadas com periodicidade.

Evento	Nº de Participantes	Local
Reunião c/ Receita Federal e ANVISA / Infraero	04	Guajará-Mirim e Porto Velho-RO

Metas Financeiras

Elemento de Despesa	Programado – R\$	Liberado – R\$	Executado – R\$
3390-14	25.700,00	20.000,00	17.420,00
3390.30	24.000,00	26.000,00	26.000,00
3390.33	19.300,00	12.500,00	12.500,00
3390-39	19.500,00	17.000,00	17.000,00
4490-52	-	-	-
T o t a l	88.500,00	75.500,00	72.920,00

Dados do VIGIAGRO/DT-RO, 2009

D) Principais Despesas: O pagamento das despesas, como a aquisições de: combustíveis e lubrificante, material de expediente e informática, manutenção de equipamentos, foram cobertas por este Plano Interno. Outras despesas, como: energia elétrica, água, telefonia, limpeza e conservação, foram cobertas pelo PI MANUT.

D) Principal Fonte Financiamento: Os recursos financeiros do PI relativo às ações do Programa – FISCANIMAL são gerenciados pela Coordenação Geral do VIGIAGRO e descentralizados para utilização direta pelo Serviço de Gestão em Rondônia.

E) Adequação dos Valores Gastos: Os recursos financeiros foram programados para a manutenção e investimento no Serviço de Gestão do VIGIAGRO/DT-RO e nas Unidades de Vigilância Agropecuária em Porto Velho e Guajará-Mirim, localizados em dois Municípios distintos, onde o serviço possui escritórios estabelecidos.

E) Principais Recursos Materiais e Humanos: As instalações físicas, equipamentos e mobiliário à disposição das unidades de vigilância agropecuária internacional em Guajará-Mirim, são adequados. Na unidade em Porto Velho, não foi disponibilizado condições de funcionamento pelo administrador do recinto alfandegado (Infraero).

Os recursos humanos nas unidades do Vigiagro-RO, considerando que a lotação de pessoal, incluindo fiscais e servidores de apoio técnico, não é suficiente para atender à demanda de trabalho, conforme demonstra a tabela a seguir:

Cargo	Quantidade					
	Quadro Atual		Nº Necessário		Deficiência	
	Porto Velho	Guajará-Mirim	Porto Velho	Guajará-Mirim	Porto Velho	Guajará-Mirim
FFA – Engenheiro Agrônomo	01	01	02	02	01	01
TFFA – Agente de Atividades Agropecuária	00	03	02	04	02	01
Agente Administrativo	00	04	01	04	01	00
Agente de Portaria	00	01	00	01	00	00
Motorista Oficial	00	01	00	01	00	00
Auxiliar Operacional de Serviços Diversos	00	03	00	03	00	00
Estagiário	01	00	01	00	00	00
TOTAL	02	13	06	15	04	02



Dados do VIGIAGRO/DT-RO, 2009

F) Eventuais Insucessos: Deficiência de Fiscais Federais Agropecuários com formação em Engenharia Agrônômica na UVAGRO em Guajará-Mirim dificulta a realização efetiva da fiscalização e inspeção de vegetais e produtos vegetais, principalmente em bagagens acompanhadas e desacompanhadas – exportação / importação, pelo terminal de passageiros, já que naquela Unidade está lotado apenas um FFA Engenheiro Agrônomo.

G) Contratação e parcerias: Não houve contratação de Fiscal Federal Agropecuário com formação em Engenharia Agrônômica para atender as demandas na fiscalização e inspeção junto as suas Unidades e nem estabelecimento de parcerias no exercício.

H) Despesas com: Diárias: R\$ 17.420,00 **Passagens:** R\$ 12.500,00

I) TRANSFERÊNCIA, DE PI PARA PI, OU DE UNIÃO PARA SFA: Não houve no exercício.

DESEMPENHO OPERACIONAL

A) Utilidade: Cumprimento das exigências, de ordem sanitária e documental, estabelecidas para vegetais, seus produtos e insumos agrícolas para saída (emissão de certificação) ou entrada no País (despacho autorizado/liberação ou apreensão de bagagem), efetivando o alcance da ação, ou seja, exercendo o devido controle para a não disseminação de pragas vegetais.

B) ÍNDICES DE DESEMPENHO FÍSICO/FINANCEIRO DO PI FISCPLANTA2 EM 2009

Indicadores de Desempenho: Os indicadores de desempenho propostos foram: economicidade, eficiência, eficácia e efetividade. Para avaliação desses indicadores será utilizado o produto **FISCALIZAÇÃO REALIZADA**, visto que o mesmo foi eleito dentro do Sistema como aquele que melhor reflete as ações da área vegetal (FISCPLANTA2). Isto posto, apresentamos a seguir a avaliação com base nos indicadores propostos e respectivos comentários:

PRODUTO	INDICADOR			
	ECONOMICIDADE	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
FISCALIZAÇÃO REALIZADA	VA = 36.930,52 (R\$)	VA = -10,25 (R\$)	VA = 26.114 (UN)	VA = 26.114 (UN)
	VR = 102,61 %	VR = - 83,60 %	VR = 456,26 %	VR = 556,26 %

Dados do VIGIAGRO/DT-RO, 2009.

ECONOMICIDADE - Avaliação do custo do produto em relação ao exercício anterior.

VA: Variação Absoluta = CR 2009 – CR 2008

VR: Variação Relativa = (CR 2009 / CR 2008) x 100 – 100

CR: Custo Realizado

VA: 72.920,00 – 35.989,48 = 36.930,52

VR: (72.920,00 / 35.989,48) x 100 – 100 = 102,61 %

Obs: Em 2008, houve, somente, a liberação de R\$ 36.930,52, para o pagamento de despesas, em sua grande parte, como a aquisição de combustíveis, de material de expediente, de material de informática e de diárias e passagens. Em relação a 2008, considerando os valores de custeio e investimento, foram gastos a mais em 2009, R\$ 36.930,52.

EFICIÊNCIA - Avaliação do custo do produto em relação à estimativa inicial (R\$/produto).

CU: Custo Unitário

R: Realizado

P: Programado

Q: Quantidade

CUR = CR / QR = (72.920 / 32.488) = R\$ 2,24

CUP = CP / QP = (88.500,00 / 6.365) = R\$ 13,90

VA: CUR – CUP = 2,24 – 13,90 = -11,66

VR: (CUR / CUP) x 100 – 100 = - 83,88 %



Obs: Quando comparado o custo unitário da ação programada em relação ao realizado, observou-se uma redução de 83,88 %. Ou seja, mesmo com a redução dos valores orçamentários disponibilizados, as ações previstas foram superadas.

EFICÁCIA - A eficácia é avaliada calculando-se o percentual do número de partidas inspecionadas relacionado com a meta física programada.

$$VA: QR - QP = 32.488 - 6.365 = 26.123$$

$$VR: (QR / QP) \times 100 - 100 = (32.488 / 6.365) \times 100 - 100 = 410,41 \%$$

EFETIVIDADE - Trata-se do cálculo do percentual de partidas inspecionadas relativo à quantidade total de partidas demandadas para certificação/despacho, cujas rotinas operacionais variam a cada grupo de produto ou espécies em trânsito (análise documental, verificação física, amostragem e emissão ou não de Termos de Ocorrência).

QT: Quantidade total de fiscalizações realizadas

$$VA: QR - QP = 32.488 - 6.365 = 26.123$$

$$VR: (QR / QP) \times 100 = (32.488 / 6.365) \times 100 = 510,41 \%$$

Obs: A eficácia do PI em análise foi de 456,26%, representando a execução de 26.123 Fiscalizações realizadas, adicionalmente a programada (510,41%). Isto se deve na intensificação do trânsito internacional de passageiros, através do Ponto de Fronteira Alfandegado no Município de Guajará-Mirim. Isto remete-nos também a urgência de adequarmos a UVAGRO em Guajará-Mirim de infra-estrutura e pessoal técnico (com formação em NS e NM), frente a crescente demanda.

C) RESULTADO DO INDICADOR NO EXERCÍCIO: O produto **FISCALIZAÇÃO REALIZADA** se refere ao somatório dos Termos de Fiscalização e Termos de Apreensão, pois, operacionalmente, cada partida inspecionada gera um **Termo de Fiscalização** (carga e encomenda) ou **Termo de Apreensão** (bagagem), de acordo com o que estabelece o Manual do VIGIAGRO.

Exportação da Área Vegetal							
Produtos Certificados – VIGIAGRO-RO – Exercício 2009							
Ponto de Egresso	País de Destino	Produto	Nº de Fiscalizações	Quant.	Unid.	Valor-R\$	Valor-US\$
Guajará-Mirim	Bolívia	Castanha do Brasil “in natura”	122	3.989,12	t	4.809.992,70	2.444.555,83
Guajará-Mirim	Bolívia	Madeira beneficiada	005	80,965	m³	51.491,01	30.112,84
Guajará-Mirim	Bolívia	Semente de forrageira	001	43,592	t	107.632,80	60.076,36
Porto Velho	China	Madeira beneficiada	128	3.588,990	m³	4.014.338,18	2.093.882,55
Porto Velho	China	Embalagem e suporte de madeira	128	128	un		

D) DISFUNÇÕES ESTRUTURAIS OU SITUACIONAIS:

SITUACIONAL/ESTRUTURAL: O Vigiagro tem entre seus principais objetivos padronizar e harmonizar os procedimentos de fiscalização agropecuária nos pontos de ingresso e egresso alfandegados e impedir a entrada no Brasil de pragas e doenças oriundas de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, bem como garantir a fitozoossanidade e a qualidade dos produtos exportados.

As principais atividades desenvolvidas nas unidades de vigilância agropecuária internacional em Rondônia podem assim ser resumidas: realização de exames de animais; inspeção de produtos agropecuários, caixas e materiais de acondicionamento e embalagens, produtos para alimentação animal, produtos veterinários e de agrotóxicos; exame de bagagens de passageiros em trânsito internacional; aplicação de medidas de desinfecção, desinfestação, apreensão, interdição ou destruição de animais, vegetais, parte de vegetais, de seus produtos e derivados, além de materiais de acondicionamento e embalagens; expedição de certificados sanitários para trânsito internacional; e análise e tratamento no licenciamento de importação e exportação, conforme legislação vigente.

É sabido que os principais meios de introdução de pragas são produtos trazidos por passageiros de viagens internacionais, veículos, material vegetal para consumo e cultura, importação para fins científicos sem autorização do MAPA, vetores, cargas não-agrícolas e embalagens.



Ainda, com relação ao ingresso ilegal de produtos no País, um dos principais pontos de entrada é por bagagens de passageiros de viagens internacionais. Não se pode desconsiderar, também, a existência de outras rotas de entrada, a exemplo de contrabando em fronteira. Porém, esses casos fogem à competência de atuação direta do MAPA.

Face à relevância das atividades desenvolvidas no âmbito do Vigiagro-RO, endendeu-se que para melhorar a eficácia e a eficiência das fiscalizações nas execuções das ações de vigilância agropecuária nas duas unidades em Rondônia, é fator decisivo que sejam superadas as seguintes disfunções:

- I. À deficiência da realização dos procedimentos de fiscalização previsto na legislação básica, que tem como causas, dentre outras, o número insuficiente de fiscais nas duas unidades em Rondônia.
- II. A falta de infra-estrutura destinada à operacionalização do programas na unidade de Porto Velho. Constata-se que as instalações físicas, equipamentos e mobiliário à disposição das unidades são inadequados. Aponta-se como a principal causa para essa situação o fato de que a unidade foi instalada sem que fossem disponibilizadas condições ideais de funcionamento pelo administrador do recinto (Infraero).
- III. A falta de consenso quanto à obrigatoriedade de fornecimento de condições mínimas para operação da vigilância agropecuária por parte do administrador do recinto alfandegado (Infraero), apresenta-se como entrave ao fornecimento de instalação adequada.
- IV. A falta de utilização de critérios de fiscalização que levem em consideração o risco fitozoossanitário no caso da fiscalização de bagagens no terminal de passageiros em Guajará-Mirim. De acordo com a IN nº 36/2006, a fiscalização em bagagem acompanhada será realizada em consonância com a Receita Federal, atendendo a legislação vigente. Na prática verifica-se que a fiscalização de bagagens naquele terminal é realizada apenas quando demandada pela Receita Federal ou quando, mediante identificação visual.
- V. A falta de integração entre os servidores da fiscalização agropecuária e os da fazenda para a realização de fiscalização das bagagens de passageiros. Muitas das vezes os fiscais da fazenda não permitem o acompanhamento da verificação da bagagem, causando constrangimento e dificuldade à fiscalização.
- VI. A carência de recursos humanos nas unidades do Vigiagro-RO, considerando que a lotação de pessoal, incluindo fiscais agropecuários e servidores de apoio técnico e administrativo não é suficiente para atender à demanda de trabalho. A insuficiência, principalmente de fiscais compromete a atividade de fiscalização, enquanto a de servidores de apoio ocasiona o desvio de fiscais para atividades não finalísticas, como atendimento ao público e digitação de dados.
- VII. De forma geral, o déficit de agrônomos, veterinários e de apoio técnico é de 50% nas unidades do Vigiagro-RO.
- VIII. A ausência de implementação das recomendações propostas na auditoria e supervisão, para a correção das impropriedades nos procedimentos de fiscalização, com reflexos negativos sobre o desempenho do programa.

Conclusão:

De um modo geral, os procedimentos de fiscalização previstos na legislação básica estão sendo realizados de modo ineficiente, em razão do número insuficiente de fiscais e de pessoal de apoio técnico nas unidades e da infra-estrutura física para a realização dos trabalhos.

Tendo em vista a continuidade do aporte de recursos dentro do programado, esperamos ter cumprido as metas na totalidade, em função dos indicadores analisados. No geral o ano foi positivo, com descentralização de recursos orçamentários e financeiros para deslocamento, aquisição de material



de consumo e permanente e prestação de serviços de terceiros. Os custeios e investimentos no Serviço de Gestão, especificamente na UVAGRO-FGJM, objetivou a Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos agrícolas utilizados na agricultura, como carga e encomenda e/ou bagagem acompanhada e desacompanhada pelo terminal de passageiros.

E) DISFUNÇÕES ESTRUTURAIS OU SITUACIONAIS:

SITUACIONAL/ESTRUTURAL:

Em 2009 no Serviço de Gestão do Vigiagro, no Estado de Rondônia, ocorreu por força da nova estruturação do MAPA, e tendo como principal consequência a dedicação exclusiva do Pessoal Técnico-Administrativo, cujo aporte de recursos também exclusivos para o seu desempenho exigiu como vantagem uma maior atenção às tarefas a serem efetivadas.

Como constante preocupação é a deficiente lotação de FFA e Pessoal de apoio, da área vegetal, na UVAGRO-FGJM, onde se concentra o maior movimento de cargas e passageiros. Há necessidade tanto de quantidade como de capacitação e valorização do pessoal técnico e administrativo, visto que a vigilância agropecuária está desenvolvendo suas ações, num esforço árduo para atendimento da demanda crescente e encontra-se no limite e sob sérios riscos de comprometimento da qualidade dos serviços prestados aos usuários.

Nas Reuniões Técnicas e Administrativas que o VIGIAGRO-RO realizou na UVAGRO-FGJM, foram abordados diversos aspectos das atividades do VIGIAGRO e da infra-estrutura daquela Unidade. No geral, observa-se que a Unidade está bem estruturada em termos de sede, mobília e equipamentos. Foram acordados alguns procedimentos comuns, UVAGRO e Serviço de Gestão, no sentido de coibir o não cumprimento das exigências por parte dos clientes.

Na Supervisão que o VIGIAGRO-RO, realizou na UVAGRO-FGJM, foram analisados alguns processos adotando a metodologia que está sendo aplicada na Auditoria. Foram mínimas as não conformidades encontradas nos mesmos.

A UVAGRO-FGJM recebeu visitas dos senhores Superintendente e Diretor Técnico da SFA-RO, ocasião em que os mesmos prestaram orientações e recomendações, enfatizando a realização de um treinamento de capacitação técnica pelo VIGIAGRO-RO, com ênfase nas exportações de Produtos de Vegetais. Esta Unidade recebeu visitas também do FFA do SEDESA-RO.

Tendo em vista a continuidade do aporte de recursos dentro do programado, esperamos ter cumprido as metas na totalidade, em função dos indicadores analisados. No geral o ano foi positivo, com descentralização de recursos orçamentários e financeiros para deslocamento, aquisição de material de consumo e prestação de serviços de terceiros. Os custeios e investimentos no Serviço de Gestão, especificamente na UVAGRO-FGJM, objetivou a Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de vegetais, partes de vegetais e produtos agrícolas, como carga e encomenda e/ou bagagem acompanhada e desacompanhada pelo terminal de passageiros.

Nome do Programa: Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas - Cód. 0356

Ação 8938-Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos, Subprodutos e Derivados de Origem Animal

Dados gerais da Ação -Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos, Subprodutos e Derivados de Origem Animal.

Tipo de programa	Finalístico (bens e serviços para sociedade)
Objetivo Geral	Promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável,



	com geração de empregos e distribuição de renda
Objetivo específico	Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos consumidores
Gerente do Programa	Inácio Afonso Kroetz – SDA/MAPA
Gerente executivo	Nelmon de Oliveira da Costa-DIPOA e Maçao Tadano-DIPOV
Responsável no âmbito UJ	Sidney Antônio Liberati
Indicadores ou parâmetros utilizados	Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal, Índice de Qualificação da Rede Nacional de laboratórios Agropecuários, Número de Estabelecimentos com Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC), Número de Estabelecimentos de Produção de Alimentos com Controle higiênico-sanitário
Público-alvo	Produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas de mercadorias e consumidores

Tipo	Finalístico(bens e serviços para sociedade)
Finalidade	Garantir a sanidade para o consumo de produtos e subprodutos de origem animal.
Descrição	Inspeção tecnológica e higiênico-sanitária nas indústrias que abatem animais ou recebem, produzem, manipulam e beneficiam matéria-prima de origem animal, envolvendo a inspeção <i>ante-mortem</i> e <i>post-mortem</i> dos animais de consumo humano, a fiscalização dos produtos industrializados, sub-produtos e derivados de modo geral, decorrentes do abate, a fiscalização dos estabelecimentos das áreas de pescados, laticínios, ovos e produtos apícolas, bem como aqueles que armazenam, distribuem ou manipulem estes produtos, e a realização de rotinas operacionais com vistas à confirmação do atendimento às normas vigentes e aos acordos internacionais para manutenção do Brasil no mercado de exportação.
Unidade Responsável por decisões estratégicas	DIPOA/Secretaria de Defesa Agropecuária
Coordenador Nacional da ação	Judi Maria da Nóbrega CGI/DIPOA
Unidade Executora	SIPAG/SFA-RO
Áreas responsáveis pelo gerenciamento e execução	SIF e UTRA/SIPAG/DT/SFA- RO
Competências institucionais requeridas na execução da ação	Lei nº 1.283 de 18/12/1950; Decreto nº 30.691 de 29/03/1952, alterado pelos Decretos nº 1.255 de 25/06/1962, 1.236 de 02/09/1994, 1.812 de 08/02/1996 e 2.244 de 04/06/1997 e Arts. 27-A, inciso IV, 27-A, § 1º, inciso IV e 29-A, § 1º, da Lei nº 9.712, de 20/11/1998 PORTARIA 300 DE 2005-REGIMENTO INTERNO DAS SFA

2.3.2.1.2 Metas e Resultados da ação-Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos, Subprodutos e Derivados de Origem Animal.

PREVISTO		REALIZADO	
Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
79	Nd*	94	246.700,00

*ND – Realizado por demanda.



Valores executados por elemento de despesa:

8938-INSPANIMAL	339014	R\$ 91.500,00
	339030	R\$ 89.200,00
	339033	R\$ 34.000,00
	339036	R\$ 11.000,00
	339039	R\$ 21.000,00

Principais Resultados: As metas físicas para 2009 foram previstas tendo como base no que foi realizado no ano de 2008 somados com as projeções de novas demandas. O aporte financeiro descentralizado pela SDA nos forneceu subsídio suficiente para suplantar as metas estabelecidas. Na gestão do Chefe interino do SIPAG foram implantados os “circuitos de inspeção em laticínios”, cujo objetivo foi dividir a responsabilidade dos estabelecimentos da área de lácteos sob SIF de forma equitativa entre os FFA’s lotados nas regionais, de forma que cada FFA fiscalize todos os seus estabelecimentos sob sua responsabilidade de forma mais freqüente, o que demandou mais recursos (despesas com diárias, combustíveis, etc.) e tornou o sistema de inspeção mais confiável.

Mesmo tendo um período de turbulência nesta Superintendência, principalmente relacionados com o SIPAG, onde houve afastamento de Fiscais Federais Agropecuários, ocasionado pela Operação da Polícia Federal e Ministério Público na intitulada “Operação Abate”, que nos causou um déficit ainda maior de pessoal (três Médicos Veterinários conveniados, 01 agente de Inspeção e dois Fiscais Federais Agropecuários lotados no SIPAG/RO afastados até o presente momento por determinação da justiça). Apesar disso, houve um tremendo esforço empreendido por nossos técnicos cujo desfecho foi a superação das metas lançadas. Vale lembrar que mesmo com um número inferior de fiscais, agentes e pessoal administrativo do que seria o ideal, o SIPAG/RO obteve sucesso nesta ação.

Principais Problemas: Além do enorme déficit de pessoal, tivemos diversos problemas/entraves na gestão passada, relacionada à desorganização e falta de clareza dos objetivos emanados pela gestão anterior. Após um período de mudanças, cabe ressaltar a Operação Abate citada no item anterior, que demandou tempo (aproximadamente cinco meses - julho a novembro) para delineamento de novas metas e estratégias, adequação de alguns procedimentos que estavam sendo executados de forma equivocada, é que foi possível reorganizar o sistema de fiscalização.

Contratações e Parcerias: Após um estudo minucioso no quadro de servidores, identificamos um déficit enorme de Fiscais Federais Agropecuários para atender aos diversos estabelecimentos de abate de bovinos, cuja fiscalização é permanente. Foram cedidos mais 07 Médicos Veterinários mediante Termo de Cooperação Técnica com a IDARON, como também mais 01 Médico Veterinário cedido através de Convênio com a Prefeitura de São Miguel do Guaporé/RO.

Nome do Programa: Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas - Cód. 0356

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Garantir a identidade, qualidade e segurança dos Alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de Origem vegetal

Gerente do Programa: Inácio Afonso Kroetz

Gerente Executivo: Fernando Guido Penariol

Indicadores: tonelada de produtos (eficiência ,eficácia e efetividade)



Público Alvo: Comerciantes, embaladores, beneficiadores e distribuidores de produtos vegetais padronizados

PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA: Fiscalização de produtos de origem vegetal, Fiscalização de estabelecimentos comerciais e Fiscalização dos serviços das credenciadas

PI-PADCLASSIFI – Classificação, fiscalização e padronização de produtos vegetais

GESTÃO DAS AÇÕES

Tipo: Direta

Finalidade: Garantir a identidade e qualidade dos produtos vegetais destinados à alimentação humana.

Descrições: O programa é executado através de fiscalizações em estabelecimentos comerciais, embaladores, beneficiadores e distribuidores, e junto a empresas credenciadas a executarem serviços de classificação vegetal.

Unidade Responsável pelas decisões estratégicas: CGQV/SDA/DIPOV/MAPA

Unidade Executora: SFA/RO

Área Responsável por gerenciamento ou execução: CLASSIFICAÇÃO/SIPAG/ DT /SFA-RO

Coordenador Nacional da Ação: Fernando Guido Penariol

Responsável pela execução da ação no nível local: José Ubiraci de Freitas

RESULTADOS:

Tabela – 01. Mostra a meta principal do PI-Padclassif, quanto ao **previsto** físico/financeiro, e o **Realizado** físico/financeiro em 2008

	Previsto		Realizado	
	Físico (t/l)	Financeiro (R\$)	Físico (t/l)	Financeiro (R\$)
Fiscalização de produto (tonelada)	200	50.810,66	235,31	24.410,66

- A) **Principais Despesas:** Aquisição de Material Permanente (81% das despesas),e Diárias e Combustíveis (19%)
- B) **Principal Fonte de Financiamento:** Recursos orçamentários do MAPA
- C) **Adequação dos valores gastos: Dos recursos previstos foi liberado 48%**
- D) **Principais Recursos materiais e humanos:** 01 FFA e 03 técnicos classificadores
- E) **Eventuais Insucessos:** Houve falta de veículos no 1º quadrimestre e outros recursos de apoio operacional
- F) **Contratação e parcerias:** Não houve contratação,nem estabelecimentos de parcerias no exercício
- E) **Despesas com:**

	DESPESAS	VALOR R\$
DIARIAS		4.311,96
CONSUMO		300,00
MATERIAL PERMANENTE		19.798,70
	TOTAL	24.410,66



TRANSFERÊNCIA, DE PI PARA PI, OU DE UNIÃO PARA SFA: Não houve

DESEMPENHO OPERACIONAL

A) **Utilidade:** Fiscalizando, os postos credenciados da (IDARON) quanto a execução do serviço de classificação; embaladores, comerciantes e beneficiadores, visando garantir a comercialização de produtos vegetais com padrões oficial de classificação em relação a sua conformidade com os padrões oficiais, quando destinados diretamente ao consumo humano, isto é, aqueles que estejam em condições de serem oferecido ao consumidor final no estado de Rondônia, efetivando assim o alcance da ação.

B) ÍNDICES DE DESEMPENHO FÍSICO/FINANCEIRO DO PI - PADCLASSIF EM 2008

Tabela- 02 Mostra dados sobre o quantitativo de produtos em toneladas que foram fiscalizados, e os resultados calculados em cima do **CUP** (custo unitário programado) e do **CUR** (custo unitário realizado) que retratam; a **Eficiência**-avaliação do custo do produto fiscalizado em relação ao gasto financeiro; e a **Eficácia** –percentual da quantidade do produto em tonelada fiscalizado com relação a meta física programada; e a **Efetividade** – trata-se do cálculo percentual do produto fiscalizado em tonelada, com relação a quantidade em tonelada do produto que estava em desconformidade.

Produto	Eficiência			Eficácia			Efetividade		
	2008	2009	%	Progra.	Realiz.	%	CONF.	NÃO CONF.	%
Fiscalização de Produto (t/l)	(-) 135 %	(-) 52,5	38	200	235	117,5	233	1,0	99,5

Fonte: CLASSIFICAÇÃO/SIPAG/DT/SFA-RO, 2008/2009

O nosso desempenho físico baseia-se no produto “**Fiscalização de Produto**“, que é medido em tonelada de produtos vegetais fiscalizados, sendo que o previsto é determinado pelo órgão central do MAPA dividido para as diversas superintendência conforme sua capacidade. Quanto a eficiência, temos um custo unitário alto porque 81% das despesas foram realizadas em material permanente. Considerando-se os vários entraves e, o pouco recurso financeiro que foi liberado, o desempenho foi bom.

C) RESULTADO DO INDICADOR NO EXERCÍCIO:

Tabela- 03 A tabela abaixo representa as principais ações que foram executadas para resultar no produto “**Fiscalização de produto**”.

Descrição das Atividades	Unidade de Medida	Programado	Realizado	% R/P
-Fiscalização do serviço da credenciada (Postos de classificação)	unidade	12	5	42
- Fiscalização de estabelecimentos	Unidade	60	52	87
- Fiscalização de Produtos	t/l	200	234	117
- Coletas de amostras	Unidade	20	8	40

Fonte: Classificação/SIPAG/DT/SFA/RO.

A nossa programação é realizada dentro das nossas condições operacionais. Assim sendo, das 4(quatro) Atividades programadas 3(três) ficaram com um percentual acima de 50% em relação ao programado e realizado, o que significa resultados positivos no que tange ao alcance das metas. Analisando-se, o resultado do indicador (toneladas de produto) e as outras atividades realizadas, verifica-se que tivemos resultados positivos quanto ao programado, apesar das dificuldades.

D) DISFUNÇÕES ESTRUTURAIS OU SITUACIONAIS:

SITUACIONAL/ESTRUTURAL:



Os nossos principais problemas foram :

1. Tivemos problemas com recursos humanos, já que a nossa equipe, não esteve 100% atuando em nossas ações, pois estiveram atuando em outras atividades e/ ou licença médica.
2. Não foi satisfatório o atendimento das demandas da área fiscal pela logística do setor administrativo.

Programa – Desenvolvimento da Bovideocultura.

Tabela 01 – Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa	Programa finalístico
Objetivo Geral	Elevar a performance dos rebanhos bovinos e bubalinos mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas.
Gerente do Programa	
Gerente Executivo	Jamil Gomes de Souza
Responsável pelo programa na UJ	Michiko Kuroda (SFA) e Márcio Alex Petro (IDARON)
Indicadores	Propriedades controladas
Público-alvo (beneficiários)	Todo Setor envolvido na Cadeia de Atividade Agropecuária

Principais Ações do Programa:

Código	Nome
	FEBREAFTOSA – Erradicação da Febre Aftosa
	PCEANIMAL– Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças dos Animais
	VIGIZOO - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e Insumos.

2.3.2.1 Ação 001 - FEBREAFTOSA

Tabela 002 – Dados Gerais da Ação

TIPO (Atividade)	Orçamentária
Finalidade	Manter a condição sanitária na zona livre de febre aftosa e erradicar a doença dos circuitos pecuários Norte e Nordeste, objetivando o acesso do produto nacional ao mercado internacional.
Descrição	Realização de reuniões para estabelecimento das prioridades e estratégias; elaboração de normas sanitárias; educação sanitária; cadastramento das propriedades, de atendimento a notificações de suspeitas e de controle do trânsito de animais e de seus produtos e subprodutos; rastreamento, fiscalização e controle da eficiência e da eficácia das vacinas comercializadas; realização de diagnóstico e monitoramento.
Unidades responsáveis	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuária – SDA e Departamento de Sanidade



pelas decisões estratégicas	Agropecuária – DSA.
Coordenador Nacional de Ação	Coordenadora Geral de Programa – PNEFA - Dr ^a Francianne Abrantes Assis.
Unidades Executoras	Serviço de Sanidade Agropecuária – SEDESA e Agencia IDARON
Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução	Serviço de Sanidade Agropecuária da Superintendência Federal de Agricultura e GIDSA da Agencia IDARON.
Competência institucionais requeridas p/ execução da ação	SFA/MAPA e IDARON
Responsável pela execução da ação no nível local	Responsável Técnico do SEDESA - Michiko Kuroda e Coordenador Estadual de Ação - Neivá Rabelo dos Santos

2.3.2.2 Ação 002 - PCEANIMAL

Tabela 003 – Dados Gerais da Ação

TIPO (Atividade)	Orçamentária
Finalidade	Diminuir o impacto negativo da doença dos animais na saúde comunitária, elevar a produtividade dos rebanhos em geral e promover a competitividade da pecuária nacional.

Descrição	Definição de campanha de vacinação obrigatória contra as doenças ; Certificação de propriedades livres e monitoradas para as doenças; Habilitação e capacitação de médicos veterinários e fiscalizações de laboratórios; Diagnóstico epidemiológico das doenças em escala estadual, incluindo estimativa de prevalência; Identificação de fatores de risco e caracterização dos sistemas de produção; Implantação de sistema de vigilância estadual para as doenças de animais.
Unidades responsáveis pelas decisões estratégicas	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuária – SDA e Departamento de Sanidade Agropecuária – DSA.
Unidades Executoras	SEDESA/DT/SFA e GIDSA/IDARON
Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução	Serviço de Sanidade Agropecuária da Superintendência Federal de Agricultura e GIDSA da Agencia IDARON
Coordenador Nacional de Ação	Guilherme Henrique Figueiredo Marques - Coordenador Geral de Combate a Doenças de Animais -
Competência institucionais requeridas p/ execução da ação	SFA/MAPA e IDARON
Responsável pela execução da ação no nível local	Responsáveis Técnicos de cada Programa/Ação do SEDESA e Coordenador Estadual de Ação da Ag. IDARON.

2.3.2.3 Ação 003 - VIGIZOO

Tabela 004 – Dados Gerais da Ação

TIPO (Atividade)	Orçamentária
------------------	--------------



Finalidade	Fiscalizar transito interestadual de animais, produtos e subprodutos. Impedir introdução de doenças exóticas e de doenças já controlados no Estado e no país.
------------	---

Descrição	Vigilância e fiscalização do transito interestadual, e ampliação de Sistema de Vigilância Estadual para as doenças de animais.
Unidades responsáveis pelas decisões estratégicas	Departamento de Sanidade Agropecuária – DSA e/ou Secretaria de Desenvolvimento Agropecuária - SDA
Unidades Executoras	SEDESA/DT/SFA e GIDSA/IDARON
Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução	Serviço de Sanidade Agropecuária da Superintendências Federal de Agricultura e GIDSA da Agencia IDARON
Coordenador Nacional de Ação	Guilherme Henrique Figueiredo Marques - Coordenador Geral de Combate a Doenças de Animais.
Competência institucionais requeridas p/ execução da ação	SFA/MAPA e IDARON
Responsável pela execução da ação no nível local	Responsáveis Técnicos de cada Programa/Ação do SEDESA e Coordenadores Estadual de cada Programa Estadual da Ag. IDARON.

2.3.3.0– **RESULTADOS:**

2.3.3.1. **PI - FEBREAFETOSA**

Tabela 005 – **METAS E RESULTADOS**

OBS:

ULSAV - Unidade Local de Sanidade Animal e Vegetal, são os escritórios da Agencia IDARON;

UTRA – Unidade Técnica Regional de Agricultura.

FOCEM – FUNDO PARA A CONVERGENCIA ESTRUTURAL E FORTALECIEMNTO DA ESTRUTURA INSTITUCIONAL DO MERCOSUL.

ORDEM	META	PROGRAMADO	EXECUÇÃO	EXEC/PROG %
1.0	Supervisão ULSAV (escritório)	36	10*	27,77
1.0	R\$	19.200,00	1.288,50	6,70
1.1	* Conj. de equip. e mobília	vários	N	00
1.1	R\$	29.040,00	11.230,00	00
1.2	* Curso de capacitação	02	09	100
1.2	R\$	21.390,00	13.190,50	100
1.3	Participação reunião	04	09	100
1.3	R\$	14.560,00	11.677,00	80,19
1.4	Estudo PNC - fiscalização	00	2	100
1.4	R\$	00	860,00	100
1.5	Conferencia de equipamentos	00	2	100
1.5	R\$	00	1.947,00	100
1.6	FOCEM /PAMA - Equipamentos	00	10	00
1.6	R\$	00	27.000,00	00
1.7	FOCEM /PAMA - CURRAIS	00	04	00
1.7	R\$	00	210.000,00	00
1.8	Campanha de vacinação	00	11	100
1.8	R\$	00	46.390,12	100
1.9	Fiscalização de Animais importados	00	2	100
1.9	R\$	00	259,00	100



Obs: Em relação à viagem para interior - Combustível – (Material de consumo), são pagos diretamente para as UTRA's com o PI da defesa animal, e serviço de terceiro o pagamento é controlado pelo SAD/SEO/SFA/RO;

Obs:1.0: Supervisões realizadas em 33 Escritórios da Agencia IDARON: Unidade Local de Sanidade Animal e Vegetal; Destes foram pagos 23 supervisões das ULSAV's com o PI – PCEANIMAL. Além de Febre Aftosa, outras Programas/atividades do Setor para supervisionar;

Obs: 1.1 - Foram licitados e as empresas ganhadoras, ainda não entregaram os equipamentos;

Obs: 1.2 – Foram programadas a realizar 02 cursos de capacitações, porém, foram capacitados 09 técnicos em vários locais;

Obs: 1.5 - Foram efetuadas conferencia de patrimônio nas ULSAV's – 2 servidores x 2 semanas;

Obs: 1.6 e 1.7 - Recursos do FOCEM/PAMA – para atender defesa animal nas fronteiras: aquisição de 01 grupo gelador e 09 freezer. Construções de 04 currais nas comunidades de fronteira com a Bolívia;

Obs: 1.8 – Pagamento de diárias para médicos veterinários da Ag. IDARON, que participaram da Campanha de vacinação, Cadastramento de propriedades, colheita de material para laboratório, sorologia de suínos e outras atividades referentes à defesa sanitária animal em Macapá/AP;

Obs: 1.9 – Fiscalização de animais importados dos EUA .

2.3.3.2. PI - PCEANIMAL

Tabela 006 – Metas e resultados:

OBS:

1.0 – PNSA – Programa Nacional de Sanidade Avícola;

2.0 – PNCEBT – Programa Nacional de Controle, Erradicação de Brucelose e Tuberculose;

3.0 - ULSAV - Unidade Local de Sanidade Animal e Vegetal, são os escritórios da Agencia IDARON;

4.0 - BSE – Encefalopatia Espongiforme Bovina;

5.0 - PNSS – Programa Nacional de Sanidade Suína;

6.0 – PNSE – Programa Nacional de Sanidade Equina;

7.0 – PNCDAaq - Programa Nacional de Controle de Doenças das Animais Aquáticas.



ORDEM	META	PROGRAMADO	EXECUÇÃO	EXEC/PROG%
1.0	PNSA Fiscalização Incub/matriseira	2	00	00
1.0	R\$	2.502,00	00	00
1.1	Capacitação-Aves migratórias	1	00	00
1.1	R\$	8.656,00	00	00
1.2	Fiscalizar granjas Certificadas	1	00	00
1.2	R\$	1.251,00	00	00
1.3	Participação reunião nacional	1	1	100
1.3	R\$	3.640,00	5.708,24	100
2.0	PNCEBT – Aquisição de equipamento	1	00	00
2.0	R\$	3.000,00	00	00
2.1	Fiscalizar veterinários habilitados	3	2*	66,66
2.1	R\$	3.750,00	1.402,86*	37,38
2.2	Participar em reunião nacional	00	2	100
2.2	R\$	00	5.349,00	100
2.3	Treinamento inquérito Tuberculose	00	01	100
2.3	R\$	00	2.366,00	100
3.0	Supervisão ULSAV's – n° escritórios	02	21	100
3.0	R\$	2.502,00	5.024,82*	100
4.0	Capacitação técnica Raiva e BSE	01	03	100
4.0	R\$	9.807,00	1.124,00	11,46
4.1	Fiscalização animal exportação	2	2	100
4.1	R\$	2.502,00	1.239,00	49,52
4.2	Reunião técnica do EEB	01	00	00
4.2	R\$	3.585,00	00	00
5.0	PNSS – Reunião nacional	1	00	00
5.0	R\$	8.862,00	00	00
6.0	PNSE- Fiscalização de laboratório AIE - semana de fiscalização	02	1	50
6.0	R\$	2.502,00	1.593,00*	63,60
6.1	Capacitação de AIE	1	00	00
6.1	R\$	10.237,00	00	00
7.0	PNCDAaq - Capacit. técnica estadual (técnicos)	00	02	100
7.0	R\$	00	5.132,12	100
8.0	Reunião para padronização de procedimentos	00	05	100
8.0	R\$	00	1.462,50	100
9.0	Encontro Defesa Sanitária Animal	00	04	100
9.0	R\$	00	9.115,00	100

Obs * : O controle de pagamento de Combustível – Material de consumo e serviço de terceiro para deslocamento de servidores são feitos pelo SAD/SEOF/SFA/RO junto as UTRA's;

Obs: 1.3 – Pagou passagens de 02 técnicos (SFA e IDARON) e mais diárias de 01 FFA;

Obs: 2.1, 3.0, 4.0, 4.1 e 6.0 – Combustível abastecido pelas UTRA's;

Obs: 2.1 – Fiscalização de Laboratórios e Médicos veterinários habilitados para atender PNCEBT foram feitas em 02 semanas;

Obs: 2.4 – As supervisões das ULSAV's/IDARON, foram pagas uma parte pelo PI - PCEANIMAL;

Obs: 4.1 – Fiscalização de animais de exportações para Bolívia;

Obs: 6.0 - Fiscalização de 07 laboratórios de AIE nos 6 municípios;

2.3.3.3. PI - VIGIZOO



Tabela 007 – Metas e resultados:

ORDEM	META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXEC/PREV %
1.0	Semanas de supervisões	03	00	00
1.0	R\$	4.563,00	00	00
1.1	Curso de capacitação	02	00	00
1.1	R\$	9.600,00	00	00

Obs: Recursos não liberados, metas não alcançadas.

2.3.4.0 - DESEMPENHO OPERACIONAL:

Avalia-se como muito bom o resultado alcançado, considerando que só tem 03 FFA's, e o esforço de manter o Estado livre de enfermidades que compromete a economia do Estado e do país, tais como: Febre Aftosa, BSE- Encefalopatia Espongiforme Bovina (vaca louca), Mormo e Anemia Infecciosa Equina (doença dos equídeos), Influenza Aviário (gripe aviário), New Castle, na área de avicultura o Estado de Rondônia mantém classificação no nível "C", e na área de suinocultura, são produzidos informes semanais de ocorrências de Doenças Respiratórias em Suínos (controle e monitoramento de gripe suína) e, somos reconhecidos como Estado Livre de Peste Suína Clássica, posições que habilitam a comercializar os produtos avícolas e suínícolas em outros Estados, e na área de bovideocultura, o Estado é reconhecido pela Organização Internacional de Epizootia – OIE, como Zona Livre de Febre Aftosa com vacinação, o Estado de Rondônia participa em Estudo a Campo para detecção de Anticorpos contra Proteínas não Capsidais do Vírus da Febre Aftosa em Bovinos Vacinados (Estudo da eficiência da vacina), junto com Estado de Mato Grosso e Minas Gerais. O Estado de Rondônia participa em Atividades de Vigilância para Febre Aftosa, monitorando 103 propriedades sentinelas localizadas nas áreas de fronteira com a Bolívia, para comprovar ausência de circulação viral da Febre Aftosa na fronteira. Além de Programas já citados, este Setor desenvolve Programa de Defesa Sanitária da: Equideocultura, no Estado temos 09 Laboratórios de Anemia Infecciosa Equina credenciado pelo MAPA em funcionamento que SEDESA controla e monitora, Caprinocultura, Ovinocultura, Piscicultura e na área de Bovideocultura: Além de Brucelose e Tuberculose, temos Controle da Raiva dos Herbívoros e Prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina (doença da vaca louca), onde inspeciona e monitora animais importados de EUA (país considerado de alto risco), alimentação animal, pois está proibido uso de proteína animal na ração de ruminantes, e outras enfermidades .

2.3.5.0 – CONCLUSÃO:

As atividades do SEDESA/RO programadas foram executadas maior parte, pois tivemos mais atividades que não estavam programadas e de maior relevância para sanidade animal, como participar do Estudo a Campo para detecção de Anticorpos contra Proteínas não Capsidais do Vírus da Febre Aftosa em Bovinos Vacinados, junto com Estado de Mato Grosso e Minas Gerais. RO participa com outros Estados como: AC, MT e MS, em atividades de Vigilância para Febre Aftosa nas Regiões de Fronteira, monitorando 103 propriedades sentinelas. Tivemos curso de capacitação organizado pela Agencia IDARON ênfase em Atendimento a Doenças Emergências incluindo Febre Aftosa, participaram 04 FFA's de SFA/RO. Apesar do número reduzido de servidores do SEDESA/RO, concentramos os nossos esforços para manter o nosso Estado Livre de Enfermidades e continuamos cumprindo com as nossas obrigações dentro do prazo estabelecido.

Nome do Programa: AÇÃO : Prevenção , Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais – 8572 – PI : PCEVEGETAL

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Ampliar a geração de emprego e renda nas regiões produtoras de frutas mediante o desenvolvimento e verticalização da atividade agropecuária regional.

Gerente do Programa: – Odilson Luiz Ribeiro e Silva - Diretor DSV/SDA/MAPA.

Gerente Executivo: Gutemberg Barone de Araújo Nojosa – Coordenador CGPP/DSV/DAS



Indicadores: Fiscalização realizada.

Público Alvo: Produtores e trabalhadores rurais nas regiões produtoras de frutas.

PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA.

Principais Ações: Fiscalização, orientação à público alvo, visando a qualidade da produção e produtividade agropecuária.

GESTÃO DAS AÇÕES

Tipo: Orçamentária (direta e descentralizada).

Finalidade: Garantir a sanidade vegetal na cultura de frutas ; Banana, Citros , Cacao.

Descrição: Prevenção e controle de pragas da fruticultura: Bananeira Sigatoka Negra e Moko ; Cacao: Monília ; Citros: Mosca Negra , Pinta Preta , Greening, Cancro Cítrico.

Unidade Responsável pelas decisões estratégicas: DSV/SDA

Unidades Executoras: SFA-RO e OEDSV-IDARON

Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou execução: SEDESA/DT/SFA-RO

Coordenador Nacional da Ação: – Gutemberg Barone de Araújo Nojosa - **CGPP/DSV/SDA/MAPA**

Responsável pela execução da ação no nível local: Maria Gleide Braúna de Carvalho e Sérgio Lúcio V. de Miranda – SEDESA/DT/SFA/RO e Augusto Fernandes Neto – Fiscal de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril – IDARON

RESULTADOS:

PI: PCEVEGETAL (Monilia, Sigatoka, Moko, Praga dos Citros)

FISICO	PREVISTO	REALIZADO	% R/P
Fiscalização Realizada	9	6	66
Área Controlada (há)	80.000	80.000	100

FINANCEIRO	PREVISTO	REALIZADO	% R/P
PI PCEVEGETAL	22.689,00	20.428,42	90

A) Principais Despesas - Diárias(3390.14) R\$ **7.472,42** (Recursos utilizados em seis fiscalizações nos municípios do Estado e quatro viagens para outros Estados. Servidores envolvidos: 2 Fiscais e 1 motorista)

Serviços de Terceiros P.J.(3390.33)- **R\$ 10.106,00** (Recursos utilizados em Passagens Aéreas: Belém/PA– 2; Nata/RN – 2; Brasília -1).

Serviços de Terceiros PJ (3390.39) - **R\$ 1.500,00** (Recursos utilizados pelo SAD/SFA/RO para manutenção de veículos que são usados nas supervisões que o SEDESA/DT/SFA/RO executa).

Material de Consumo (3390.30 – **R\$ 1.350,00** (Recursos utilizados pelo SAD/SFA/RO para aquisição de combustível para veículos que são usados nas supervisões que o SEDESA/DT/SFA/RO executa).

B) Principal Fonte Financiamento: Recursos previstos do MAPA (orçamentários).

C) Adequação dos valores dos gastos – Liberação de recursos somente no **PI PCEVEGETAL** impede realizar atividades referentes à fiscalização do trânsito interestadual de vegetais no estado de Rondônia.

D) Principais Recursos materiais e humanos: 1 (um) Fiscal Federal Agropecuário do SEDESA/DT/SFA/RO para execução das metas. O setor vegetal do SEDESA/DT/SFA/RO não dispõe de GPS.

E) Eventuais Insucessos ou Sucessos:

F) Comentário detalhado sobre importância contratações e parcerias realizadas no exercício para viabilizar ações e alcance dos resultados – Não houve celebração de



Convênio MAPA/IDARON devido o contingenciamento de recursos no DSV/SDA.

G) Recursos transferidos, etc. – Não houve.

H) Posição contábil dos convenentes (prestação de contas de convênios) – Não se aplica.

DESEMPENHO OPERACIONAL

A) Esta ação é importante, pois sua execução permite ao estado e ao país permanecer livre das pragas quarentenárias A2 .

TIPO de Indicadores de Desempenho e Fórmulas de Cálculo

INDICADOR DE DESEMPENHO	FÓRMULA	VALOR %
EFICIENCIA	$(\text{CUP} / \text{CUR} - 1) \times 100$ $(0,000396 / 0,000293 - 1) \times 100$	- 0,0396
INDICADOR DE DESEMPENHO	FÓRMULA	VALOR %
EFICIENCIA	$(\text{CUP} / \text{CUR} - 1) \times 100$ $(3,525 / 3,916 - 1) \times 100$	120

CUP - Nº Fisc. Progr. / Rec.Progr = 9 / 22.689,00 = 0,000396

CUR - Nº Fisc. Realiz/ Rec. Realiz.= 6 / 20.428,42 = 0,000293

CUP - Nº Há Prog./Rec. Prog. = 80.000/22.689,00 = 3,525

CUR - Nº Há Realiz./Rec.Realiz. = 80.000/20.428,42 = 3,916

INDICADOR DE DESEMPENHO	FÓRMULA	VALOR %
EFICÁCIA	$(\text{Fisc. Real.} / \text{Fisc. Prog.}) \times 100$ $(6 / 9) \times 100$	66
INDICADOR DE DESEMPENHO	FÓRMULA	VALOR %
EFICÁCIA	$(\text{Ha. Real.} / \text{Ha. Prog.}) \times 100$ $(80.000 / 80.000) \times 100$	100

B) **Aferição:** Estes indicadores podem ser aferidos pelos relatórios mensais do SIPLAN e Programa de Trabalho 2009

C) **Área Responsável pelo calculo e ou medição** – SEDESA/DT/SFA/RO

D) **Resultado do Indicador no exercício** - Ver item B

E) **Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido**

Situacional: No exercício de 2009 as atividades de controle de pragas das frutíferas foram adensadas no

PI PCEVEGETAL . O IDARON intensificou o controle da praga Pinta Preta dos Citros presente no município de Rolim de Moura/RO através de levantamentos fitossanitários georeferenciados e tomou medidas para contingência da praga cadastrando 647 propriedades rurais em 14 municípios. O IDARON realizou os seguintes cursos e treinamentos: 4º Encontro de Citricultores; Treinamento para Assistentes Fiscais visando a fiscalização para conter a entrada de pragas; Curso de CFO/CFOC para pragas presentes no Estado; Participação do SEDESA/IDARON na Reunião Técnica para a conclusão do Plano de Contingência da Monília do Cacau; Curso sobre controle químico da Sigatoka Negra; Treinamento para harmonização dos procedimentos aos Fiscais e Assistentes Fiscais que realizaram levantamento sobre Pinta Preta dos Citros; Curso de Defesa Sanitária Vegetal para Fiscais, Assistentes Fiscais e Assistentes Administrativos; Participação SEDESA/IDARON no XIII Encontro de Fitossanitaristas; Encontro de Produtores de Flores Tropicais com foco na praga Sigatoka Negra.



Estrutural: Deficiência de pessoal no SEDESA-Área Vegetal/DT/SFA/RO, gps, falta de recurso para celebração de Convênio entre MAPA/OEDSV-IDARON.

F) Descrição das medidas implementadas e ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis (pela medida de correção)

Foi enviado ao DSV/SDA minuta de Convênio IDARON/MAPA para a área de sanidade vegetal, mas não foi celebrado tendo em vista o contingenciamento de recursos financeiros do DSV/SDA.

Nome do Programa: Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários - código 0357. – PI VIGIFITO

.3. Programa : 0357 – SEGURANÇA DA SANIDADE NA AGROPECUÁRIA

Ação : – 2134 – VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERESTADUAL DE VEGETAIS, SEUS PRODUTOS E INSUMOS.

Dados Gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo Geral	Garantir a segurança alimentar aos consumidores, nos aspectos de inocuidade, qualidade e identidade de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal, a qualidade dos insumos agropecuários e promover a sanidade animal e vegetal por meio da avaliação de risco, vigilância, controle e fiscalização fitozoossanitária.
Objetivos Específicos	Preservar em níveis adequados as condições fitossanitárias das culturas nacionais de interesse econômico.
Gerente do programa	Odilson Luiz Ribeiro e Silva
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Michiko Kuroda
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Fiscalização Realizada
Público – alvo (beneficiários)	Todo Setor envolvido na Cadeia de Atividade Agropecuária

PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA.

**AÇÃO: 2134 - VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERESTADUAL DE VEGETAIS
 PI – VIGIFITO**

Quadro 35 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a sanidade vegetal, controlando a disseminação de pragas que afetam a agricultura brasileira.
Descrição	Elaboração de normas, coordenação, integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle fitossanitário do trânsito de vegetais e seus produtos no território nacional; capacitação técnica; análise de risco e quarentena vegetal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DSV/SDA/MAPA
Coordenador nacional da ação	Gutemberg Barone de Araújo Nojosa
Unidades executoras	SEDESA/DT/SFA-RO



Função	Agricultura
Subfunção	Normatização e Fiscalização
Prioridade	4
Unidade de Medida	Unidade

Fonte: SIPLAN e DT

Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos

Resultados

Quadro 35.1 PI - VIGIFITO

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta a ser realizada em 2010
2134 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos	VIGIFITO	Fiscalização Realizada	6.000		8.285	100	

Demonstrativo Orçamentário/Financeiro: PI VIGIFITO - Em 2009 Não houve liberação de recursos financeiros.

Quadro 35.2

Demonstrativo orçamentário/financeiro

NATUREZA DA DESPEZA	EMITIDO/REFORÇO (R\$)	ANULADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)	A LIQUIDAR (R\$)	PERCENTUAL UTILIZADO (%)	META PREVISTA	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010
33.90.14								
33.90.30								
33.90.33								
33.90.39								
33.90.36								
Total								

Fonte: SEOF

- A informação será disponibilizada pelo MAPA.

2.3. Programa : – 0357 – SEGURANÇA DA SANIDADE NA AGROPECUÁRIA

Ação : – 8572 – PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE PRAGAS DOS VEGETAIS

Dados Gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo Geral	Ampliar a geração de emprego e renda nas regiões produtoras de frutas mediante o desenvolvimento e verticalização da atividade agropecuária regional.
Objetivos Específicos	Garantir a sanidade vegetal na cultura das frutas.
Gerente do programa	Odilson Luiz Ribeiro e Silva
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Michiko Kuroda
Indicadores ou parâmetros utilizados para	Área Controlada



avaliação do programa	
Público – alvo (beneficiários)	Todo Setor envolvido na Cadeia de Atividade Agropecuária

AÇÃO: 8572 – Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais – PI PCEVEGETAL

Quadro 35 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a segurança fitossanitária nacional, visando agregar valor qualitativo e quantitativo aos produtos vegetais e subprodutos, por meio de prevenção, controle e erradicação de pragas da horticultura, de plantas medicinais e condimentares, de flores plantas ornamentais, da cacauicultura, da cana-de-açúcar, da fruticultura e citricultura, da cafeicultura, das oleaginosas, de plantas fibrosas, de cereais, da silvicultura, das raízes e outras espécies vegetais para torná-los produtivos, competitivos e atender as exigências do mercado nacional e internacional
Descrição	Elaboração de diretrizes fitossanitárias, identificação de prioridades de pesquisa para pragas, levantamento fitossanitários de detecção, delimitação e verificação, estabelecimento de barreiras fitossanitárias, elaboração de planos de contingências e de emergências para pragas presentes, caracterização de áreas e locais livres de pragas, estabelecimento de sistema de manejo de risco de pragas, campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle; credenciamento de empresas que operam no comércio internacional de produtos vegetais, sistema de informação fitossanitária, edição de atos normativos (Instruções Normativas e Portaria), acordos internacionais, estabelecimento de convênios com órgãos públicos estaduais, iniciativa privada e outros órgãos afins executores de defesa fitossanitária.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DSV/SDA/MAPA
Coordenador nacional da ação	Gutenberg Barone de Araújo Nojosa
Unidades executoras	SEDESA/DT/SFA-RO
Função	Agricultura
Subfunção	Normatização e Fiscalização
Prioridade	4
Unidade de Medida	Unidade

Fonte: SIPLAN e DT

Resultados

Quadro 35.1 PI - PCEVEGETAL

Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta a ser realizada em 2010
8572 – Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos vegetais	PCEVEGETAL	Área Controlada (há)	111.841	80.000	80.000	100	

Demonstrativo Orçamentário/Financeiro: Em 2009

Quadro 35.2 PI – PCEVEGETAL

Demonstrativo orçamentário/financeiro

NATUREZA DA DESPEZA	EMITIDO/ REFORÇO (R\$)	ANULADO (R\$)	LIQUIDADADO (R\$)	A LIQUIDAR (R\$)	PERCENTUAL UTILIZADO (%)	META PREVISTA	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010
33.90.14			7.472,42		86	11.289,00	7.472,42	
33.90.30			1.350,00		30	4.500,00	1.350,00	
33.90.33			10.106,00		100	5.000,00	10.106,00	



33.90.39			1.500,00		79	1.900,00	1.500,00	
33.90.36			569,87		12	4.756,50	569,87	
Total								

Fonte: SEOF

* A informação será disponibilizada pelo MAPA.

3. Programa : 0357 – SEGURANÇA DA SANIDADE NA AGROPECUÁRIA Ação : 4738 – ERRADICAÇÃO DA MOSCA DA CARAMBOLA

Dados Gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo Geral	Ampliar a geração de emprego e renda nas regiões produtoras de frutas mediante o desenvolvimento e verticalização da atividade agropecuária regional..
Objetivos Específicos	Garantir a sanidade vegetal da fruticultura brasileira.
Gerente do programa	Odilson Luiz Ribeiro e Silva
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Michiko Kuroda
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Área Controlada
Público – alvo (beneficiários)	Todo Setor envolvido na Cadeia de Atividade Agropecuária

ACÇÃO: 4738 – ERRADICAÇÃO DA MOSCA DA CARAMBOLA – PI ERRADMOSCA

Quadro 35 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Elevar o acesso brasileiro ao mercado internacional de frutas, por meio da erradicação da “Bactrocera carambolae” e da garantia de sanidade vegetal contra a praga em todo o território nacional.
Descrição	Monitoramento, fiscalização fitossanitária, capacitação técnica em unidades federativas infectadas, contíguas ou próximas, consideradas de risco moderado a elevado, e monitoramento nos pontos de fronteiras e ingresso nas demais unidades, classificadas como de baixo risco de surgimento de foco da praga, revisão dos instrumentos normativos e celebração de acordos de cooperação técnica internacional.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DSV/SDA/MAPA
Coordenador nacional da ação	Gutemberg Barone de Araújo Nojosa
Unidades executoras	SEDESA/DT/SFA-RO
Função	Agricultura
Subfunção	Normatização e Fiscalização
Prioridade	4
Unidade de Medida	Unidade

Fonte: SIPLAN e DT

ERRADICAÇÃO DA MOSCA DA CARAMBOLA

Resultados

Quadro 35.1 PI - ERRADMOSCA

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta a ser realizada em 2010
4738 – ERRADICAÇÃO DA MOSCA DA	ERRADMOSCA	Área	23.757.617	23.757.617	23.757.617	100	



CARAMBOLA		Controlada (há)					
-----------	--	--------------------	--	--	--	--	--

Demonstrativo Orçamentário/Financeiro: PI ERRADMOSCA - Em 2009 Não houve liberação de recursos financeiros.

Quadro 35.2

Demonstrativo orçamentário/financeiro

NATUREZA DA DESPEZA	EMITIDO/ REFORÇO (R\$)	ANULADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)	A LIQUIDAR (R\$)	PERCENTUAL UTILIZADO (%)	META PREVISTA	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2010
33.90.14								
33.90.30								
33.90.33								
33.90.39								
33.90.36								
Total								

Fonte: SEOF

* A informação será disponibilizada pelo MAPA.

DESEMPENHO OPERACIONAL

A) Utilidade: A ação tem como indicador partidas inspecionadas porém, conforme consta na Portaria 1950/2007, porém nas Ações 2134 – VIGIFITO e 4738 – ERRADMOSCA, não foi disponibilizado recursos para estas ações, portanto não houve demonstrativo financeiro em ambas ações.

B) TIPO DE INDICADORES DE DESEMPENHO E FÓRMULAS DE CÁLCULO

INDICADOR DE DESEMPENHO	FÓRMULA	VALOR %
EFICIENCIA	$(\text{CUP} / \text{CUR} - 1) \times 100$ $(/ - 1) \times 100$	

Obs- Não houve liberação de recursos financeiros para o PI VIGIFITO EM 2009.

CUP - N° Partidas. Progr. / Rec.Progr

CUR - N° Partidas Realiz/ Rec. Realiz.

INDICADOR DE DESEMPENHO	FÓRMULA	VALOR %
EFICÁCIA	$(\text{Fiscaliz. Real.} / \text{Fiscaliz. Prog.}) \times 100$ $(8289/6000) \times 100$	138

INDICADOR DE DESEMPENHO	FÓRMULA	VALOR %
EFETIVIDADE	$(\text{Fiscaliz. Real.} / \text{Fiscaliz. Realiz. Conformes}) \times 100$ $(/) \times 100$	

Aferição: Este indicador pode ser aferido pelos relatórios elaborados pelo SEDESA/SFA/RO e IDARON .

C) Área Responsável pelo calculo e ou medição – SEDESA/SFA/RO

D) Resultado do Indicador no exercício – Ver item B

E) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido.



Situacional: O Estado dispõe de 14 postos fixos e de postos volantes que executam as atividades de trânsito interestadual de vegetais. A SFA/RO dispõe de 01 Fiscal Federal Agropecuário para acompanhar os trabalhos executados pelo IDARON .

Estrutural: Há necessidade de contratação de mais FFA's para que possa haver uma distribuição melhor das ações. .

F) **Descrição das medidas implementadas e ou implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis (pela medida de correção) –** O concurso do MAPA não contemplou vagas de Fiscais Federais Agropecuários para o SEDESA/DT/SFA/RO. Não foi celebrado o convênio entre MAPA/IDARON por falta de recursos no DSV/DAS/MAPA.

Programa 0356 - Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas - PI FISCORGEN

I - Dados Gerais

Dados Gerais do Programa

Tipo de programa: Programa finalístico

Objetivo Geral : Garantir a segurança alimentar aos consumidores, nos aspectos de inocuidade, qualidade e identidade de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal, a qualidade dos insumos agropecuários e promover a sanidade animal e vegetal por meio da avaliação de risco, vigilância, controle e fiscalização fitozoossanitária.

Gerente do Programa : Odilson Secretário de Defesa Agropecuária

Gerente Executivo : Marcus Vinicius Segurado Coelho - Coordenador de Biossegurança de OGM

Indicadores ou Indicativos utilizados : Fiscalização realizada

Público-alvo (beneficiários): Produtores, indústrias, estabelecimentos comerciais e consumidor final

Principais Ações do Programa

Tipo: Finalística

Finalidade: Controlar os aspectos de biossegurança regulamentados para as atividades relacionadas aos organismos geneticamente modificados.

Descrição : Acompanhamento e fiscalização de experimentos científicos; inspeção, verificação documental e de informações oficiais internacionais para garantir cumprimento às determinações da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio; e legislação correlata relacionada aos organismos geneticamente modificados, no âmbito das competências da SDA/MAPA.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas : Coordenação de Biossegurança de OGM – CBIO.

Unidades Executoras : CBIO, Serviços de Fiscalização Agropecuária (SEFAG) e Serviço de Defesa Agropecuária (SEDESA).

Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução :Coordenador da CBIO e Chefes dos Serviços de Inspeção de Produtos Agropecuários e de Defesa Agropecuária nas Superintendências Federais de Agricultura.

Coordenador nacional de ação:Gutemberg Barone de Araujo Nojosa – CGPP/DSV/SDA

Coordenador da CBIO: Marcus Vinicius Segurado Coelho – CBIO/DSV/SDA

Responsável pela execução da ação no nível local: Maria Gleide Brauna de Carvalho-SEDESA/DT/SFA/RO e Pedro Roberto Marini/UTRA/Vilhena/SFA/RO

Coordenador Estadual da Ação: Michiko Kuroda – Chefe SEDESA/DT/SFA/RO

II - Resultados



A atividade de fiscalização de pesquisa de OGM- Liberação Planejada é realizada pela EMBRAPA-Campo Experimental de Vilhena.

FÍSICO	PREVISTO	REALIZADO	%
Fiscalização Realizada	3	3	100

FÍNANCEIRO	PREVISTO (\$)	REALIZADO (\$)	%
PI FISCORGEN	587,01	587,01	100

DESEMPENHO OPERACIONAL

G) **Utilidade:** A ação tem como indicador partidas inspecionadas porém, conforme consta na Portaria 1950/2007, no item 5 do Relatório de Gestão, cabe ao executor definir outros indicadores que possam demonstrar o esforço governamental em cumprir a programação e executar a meta. Esta ação, portanto, é importante para o estado, pois sua execução permite ao estado se manter livre de pragas dos vegetais ainda inexistentes em Rondônia.

H) TIPO DE INDICADORES DE DESEMPENHO E FÓRMULAS DE CÁLCULO

INDICADOR DE DESEMPENHO	FÓRMULA	VALOR %
EFICIENCIA	$(\text{CUP} / \text{CUR} - 1) \times 100$ $(0,005 / 0,005 - 1) \times 100$	-0,5

CUP - Nº Fiscaliz. Progr. / Rec.Progr = 3/587,01 = 0,005

CUR - Nº Fiscaliz. Realiz/ Rec. Realiz.=3/587,01 = 0,005

INDICADOR DE DESEMPENHO	FÓRMULA	VALOR %
EFICÁCIA	$(\text{Fiscaliz.Real.} / \text{Fiscaliz. Prog.}) \times 100$ $(3 / 3) \times 100$	100

INDICADOR DE DESEMPENHO	FÓRMULA	VALOR %
EFETIVIDADE	$(\text{Fiscaliz. Real.} / \text{Fiscaliz. Realiz.Conformes}) \times 100$ $(3 / 3) \times 100$	100

RELATÓRIO DE GESTÃO PLANO INTERNO FISCALSEM1 - 2009

Nome do Programa: (0375) Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários.

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: A qualidade dos insumos e serviços agrícolas e pecuários tem influência direta na produtividade, sendo fator preponderante no incremento da competitividade do agronegócio brasileiro. Para garantir os padrões de qualidade e conformidade desses produtos e serviços, faz-se necessária uma ação permanente de fiscalização por parte do poder público sobre as empresas e sobre os produtos e serviços colocados no mercado à disposição dos consumidores.



Gerente do Programa: Girabis Evangelista – Diretor DFIA/SDA/MAPA

Gerente Executivo: Rogério Evaldo Plucheg – Chefe do Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários /SEFAG/DT/SFA-RO.

Indicadores: Fiscalização Realizada.

Público Alvo: Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, certificadores, reembaladores e armazenadores de insumos agropecuários.

PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA

Plano Interno: FISCALSEM1

GESTÃO DAS AÇÕES

Ação: 2179 Fiscalização de Sementes e Mudanças.

Tipo: Orçamentária (direta e descentralizada).

Finalidade: Garantir a oferta de materiais de propagação vegetal de qualidade para os produtores rurais e certificar a produção de sementes e mudas para garantia de conformidade com os padrões de qualidade fisiológica, fitossanitária e identidade genética.

Descrição: A Fiscalização de Sementes e Mudanças consiste da execução dos seguintes processos: 1) Registro de cultivares; 2) Inscrição de produtor, beneficiador embalador, armazenador, comerciante de sementes e mudas e credenciamento de certificador laboratório amostrador e responsável técnico no Registro Nacional de Sementes e Mudanças-RENASSEM; 3) Fiscalização da produção, comercialização e utilização de sementes e mudas; 4) Elaboração e revisão de normas técnicas relativas ao registro e credenciamento; 5) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA e nas unidades credenciadas. Acrescenta-se a esses esforços a supervisão e a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DFIA/SDA/MAPA.

Unidade Executora: SFA-RO.

Área responsável por gerenciamento e execução: SEFAG/DT/SFA-RO.

Coordenado nacional da ação: José Neumar Francelino.

Responsável pela execução da ação no nível local: Rogério Evaldo Plucheg.

Resultados:

PREVISTO		REALIZADO	
Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
69	197.502,50	29	43.582,64



A) Principais Despesas:

339014	R\$	10.068,43
339030	R\$	5.519,95
339033	R\$	14.000,00
339036	R\$	1.302,26
339039	R\$	192,00
4490-52	R\$	12.500,00

B) Principal Fonte de Financiamento: Recursos previstos do MAPA (orçamentários).

C) Adequação dos valores gastos: Foi possível com liberação dos recursos, executar somente parte da meta prevista, em função de que havia somente um FFA para acompanhar as ações deste e de outros Pi's, durante a maior parte do ano.

D) Principais recursos materiais e humanos: Há disponibilidade de um Fiscal Federal Agropecuário sem dedicação exclusiva para execução da meta, além de 1 veículo no SEFAG/DT/SFA/RO, comum para outras ações. Há também a disponibilização de 01 aparelho GPS do Setor.

E) Contração e parcerias: Não houve.

F) Despesas com

Diárias: 10.068,43 Passagem: 14.000,00

G) Transferência, de PI para PI, ou de União para SFA: Não houve.

DESEMPENHO OPERACIONAL

A) Utilidade: A ação, tem como indicador, a fiscalização realizada, porém, conforme consta na Portaria 1950/2007, cabe ao gestor nacional definir outros indicadores que possam demonstrar o esforço governamental em cumprir a programação e executar a meta.

B) Índices de Desempenho Físico/Financeiro do PI.

* Eficiência			** Eficácia			*** Efetividade		
2008	2009	%	Prog.	Realizado	%	Conforme	N. Conf.	%
21.753,08	43.582,64	100,35	69	29	42,03	25	4	86,20

* Eficiência = $RUP \ 21.753,08 / 70 = 310,75$ (realizado 2008)
 $RUR \ 43.582,64 / 29 = 1502,84$ (realizado 2009)
 $[(RUR/RUP)-1*100] = 100,35$

** Eficácia = $(FR / FP)*100 =$
 Fiscalização realizada: 29
 Fiscalização Programada: 69

*** Efetividade = $(FRC/FR)*100 =$
 Fiscalização realizadas conformes = 25
 Fiscalização realizadas = 29

C) Resultado do Indicador no exercício:

Descrição Atividade	Unidade Medida	Programado	Realizado	R / P (%)
Fiscalização realizada	No.	69	29	42,03



D) Disfunções estruturais ou situacionais:

Situacional: Quanto aos entraves, há que se ressaltar a insuficiência de recursos humanos para atendimento ao plano interno, vale citar também aqueles entraves relacionados a problemas burocráticos de rotina.

Estrutural: Não há ainda um fiscal federal agropecuário com dedicação exclusiva a este plano interno, o que poderá comprometer a execução das metas previstas.

RELATÓRIO DE GESTÃO PLANO INTERNO FISAGROTOX - 2009

Nome do Programa: (0375) Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários.

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Garantir a qualidade e a conformidade de insumos e serviços agropecuários, salvaguardando os produtores e a atividade agropecuária.

Gerente do Programa: Girabis Evangelista – Diretor DFIA/SDA/MAPA

Gerente Executivo: Rogério Evaldo Plucheg – Chefe do Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários /SEFAG/DT/SFA-RO.

Indicadores: Fiscalização Realizada.

Público Alvo: Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, e armazenadores de insumos agropecuários.

PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA

Plano Interno: FISAGROTOX

GESTÃO DAS AÇÕES

Ação: 2909 – Fiscalização de agrotóxicos e afins

Tipo: Orçamentária (direta e descentralizada).

Finalidade: Assegurar que os agrotóxicos e afins ofertados no mercado interno e externo, sejam efetivos no controle de pragas de plantas cultivadas, que atendam aos requisitos legais para a proteção do meio ambiente e da saúde humana.

Descrição: A Fiscalização de Agrotóxicos e Afins consiste da execução dos seguintes processos: 1) Normalização da atividade pela elaboração de dispositivos legais para orientação sobre procedimentos de registro, fiscalização e aplicação dos agrotóxicos; 2) Registro de agrotóxicos; 3) Credenciamento de empresas para emissão de laudos de eficácia e praticabilidade agrônômica e para o tratamento fitossanitário de vegetais e partes de vegetais para a importação e exportação 4) Fiscalização dos produtos registrados, das entidades credenciadas e do trânsito interestadual. Acrescenta-se a esses esforços a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento.



- * Eficiência = $RUP \ 13.171,88 / 16 = 823,24$ (realizado 2008)
RUR $14.952,98 / 7 = 2.136,14$ (realizado 2009)
[(RUR/RUP)-1*100] = 13,52
- ** Eficácia = $(FR / FP)*100 = 700$
Fiscalização realizada: 7
Fiscalização Programada: 1
- *** Efetividade = $(FRC/FR)*100$
Fiscalização realizadas conformes = 6
Fiscalização realizadas = 1

C) Resultado do Indicador no exercício:

Descrição Atividade	Unidade Medida	Programado	Realizado	R / P (%)
Fiscalização realizada	Unidade	1	7	700

D) Disfunções estruturais ou situacionais:

Situacional: Quanto aos entraves, vale citar apenas aqueles relacionados a problemas burocráticos de rotina.

Estrutural: A boa execução da ação, como em anos anteriores, ainda se recente da falta de 01(hum) Fiscal Federal Agropecuário com formação em Engenharia Agrônômica nas UTRAS de Ariquemes, Ouro Preto D'Oeste, Ji-Paraná, Cacoal e Rolim de Moura, para dar apoio e acompanhar a execução do PI FISAGROTOX e supletivamente realizar fiscalizações, consoante orientação e supervisão do SEFAG/SFA-RO, a fim de atender aos usuários da área de abrangência de cada Unidade, face, só a UTRA de Vilhena, contar na atualidade com esse tipo de profissional.

RELATÓRIO DE GESTÃO PLANO INTERNO FISFECOI - 2009

Nome do Programa: (0375) Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários.

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Garantir a qualidade e a conformidade de insumos e serviços agropecuários, salvaguardando os produtores e a atividade agropecuária.

Gerente do Programa: Girabis Evangelista – Diretor DFIA/SDA/MAPA

Gerente Executivo: Rogério Evaldo Plucheg – Chefe do Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários /SEFAG/DT/SFA-RO.

Indicadores: Taxa de Conformidade de Fertilizantes Minerais.

Público Alvo: Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, e armazenadores de insumos agropecuários.

PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA



Plano Interno: FISFECOI

GESTÃO DAS AÇÕES

Ação: 2141 – Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes

Tipo: Orçamentária (direta e descentralizada).

Finalidade: Melhorar os níveis de conformidade e qualidade dos fertilizantes, corretivos e inoculantes colocados à disposição dos produtores rurais.

Descrição: A Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes consiste da execução dos seguintes processos: 1) Registro de estabelecimentos produtores e comerciais de fertilizantes, corretivos e inoculantes; 2) Registro de produtos; 3) Fiscalização sobre a produção, importação e comercialização desses insumos agrícolas; 4) Elaboração e revisão de normas técnicas relativas à padronização, classificação e registro de produtos e estabelecimentos; 5) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA. Acrescenta-se a esses esforços de a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DFIA/SDA/MAPA.

Unidade Executora: SFA-RO.

Área responsável por gerenciamento e execução: SEFAG/DT/SFA-RO.

Coordenado nacional da ação: Hideraldo José Coelho.

Responsável pela execução da ação no nível local: Rogério Evaldo Plucheg.

Resultados:

PREVISTO		REALIZADO	
Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
70	10.131,00	17	7.000,00

A) Principais Despesas:

339014	R\$	3.651,50
339033	R\$	2.500,00
339036	R\$	848,50

B) Principal Fonte de Financiamento: Recursos previstos do MAPA (orçamentários).

C) Adequação dos valores gastos: Em que pese a liberação de recursos ter sido suficiente não foi possível executar a meta prevista. Em relação a anos anteriores a situação agravou-se pois a única Fiscal Federal Agropecuária que atendia este plano interno, afastou-se por motivo de saúde em novembro de 2009, sendo que de a partir do mês de março não pode mais viajar para executar as fiscalizações previstas por



questões relativas a saúde, impossibilitando assim o cumprimento da meta estabelecida.

D) Principais recursos materiais e humanos: Há disponibilidade de um Fiscal Federal Agropecuário sem dedicação exclusiva para execução da meta, além de 1 veículo no SEFAG/DT/SFA/RO, comum para outras ações. Há também a disponibilização de 01 aparelho GPS do Setor.

E) Contração e parcerias: Não houve.

F) Despesas com

Diárias: R\$ 3.651,50 Passagem: 2.500,00

G) Transferência, de PI para PI, ou de União para SFA: Não houve.

DESEMPENHO OPERACIONAL

A) Utilidade: A ação, tem como indicador, a taxa de conformidade de fertilizantes minerais, porém, há necessidade de se definir outros indicadores que possam demonstrar o esforço governamental em cumprir a programação e executar a meta.

B) Índices de Desempenho Físico/Financeiro do PI.

* Eficiência			** Eficácia			*** Efetividade		
2008	2009	%	Prog.	Realizado	%	Conforme	N. Conf.	%
17.120,85	7.000,00	154,94	70	17	24,29	2	2	50

* Eficiência = $RUP \ 17.120,85 / 106 = 161,51$ (realizado 2008).
 RUR 7.000,00 / 17 = 411,76 (realizado 2009).
 $[(RUR/RUP)-1*100] = 154,94$

** Eficácia = $(FR / FP)*100 = 22,07$
 Fiscalização realizada: 17
 Fiscalização Programada: 70

*** Efetividade = $(FRC/FR)*100 =$
 Fiscalização realizadas conformes = 2
 Fiscalização realizadas = 2
 OBS: Dentro das 17 fiscalizações realizadas, foram enviadas a análise 4 amostra de fertilizantes. A efetividade em questão diz respeito apenas às amostras enviadas para análise, e não as fiscalizações totais realizadas.

C) Resultado do Indicador no exercício:

Descrição Atividade	Unidade Medida	Conforme	Não conforme	R / P (%)
Conformidade fertilizantes minerais	Unidade	2	2	50

D) Disfunções estruturais ou situacionais:

Situacional: Quanto aos entraves, vale citar apenas aqueles relacionados a problemas burocráticos de rotina.

Estrutural: A boa execução da ação, como em anos anteriores, ainda se recente da falta de 01 (um) Fiscal Federal Agropecuário com formação em Engenharia Agrônômica nas UTRAS de Ariquemes, Ouro Preto D'Oeste, Ji-Paraná, Cacoal e



Rolim de Moura, para dar apoio e acompanhar a execução do PI FISFECOI e supletivamente realizar fiscalizações, consoante orientação e supervisão do SEFAG/SFA-RO, a fim de atender aos usuários da área de abrangência de cada Unidade, face, só a UTRA de Vilhena, contar na atualidade com esse tipo de profissional. Ainda neste ano de 2009, o único Fiscal Federal Agropecuário que atende este plano interno afastou-se em função de gravidez de risco, e ficará em licença maternidade até o mês de junho de 2010, impactando fortemente a execução da ação. Foi solicitado a coordenação deste plano interno a formação de força tarefa para atender a demanda deste estado, o que não foi possível no ano de 2009.

AREA ANIMAL

RELATÓRIO DE GESTÃO PLANO INTERNO FISPROVET1 - 2008

Nome do Programa: (0375) Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários.

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: A qualidade dos insumos e serviços agrícolas e pecuários tem influência direta na produtividade, sendo fator preponderante no incremento da competitividade do agronegócio brasileiro. Para garantir os padrões de qualidade e conformidade desses produtos e serviços, faz-se necessária uma ação permanente de fiscalização por parte do poder público sobre as empresas e sobre os produtos e serviços colocados no mercado à disposição dos consumidores.

Gerente do Programa: Maria Angélica Ribeiro de Oliveira – Diretor DFIP/SDA/MAPA.

Gerente Executivo: Rogério Evaldo Plucheg – Chefe do Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários /SEFAG/DT/SFA-RO.

Indicadores: Fiscalização Realizada.

Público Alvo: Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, certificadores, reembaladores e armazenadores de insumos agropecuários

PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA

Plano Interno: FISPROVET1

GESTÃO DAS AÇÕES

Ação: 2140 – Fiscalização de produtos de uso veterinário.

Tipo: Orçamentária (direta e descentralizada).

Finalidade: Assegurar a oferta de produtos de uso veterinário, em conformidade com as normas de sanidade, a fim de garantir aos criadores em geral níveis de segurança e qualidade compatíveis com as necessidades dos programas de sanidade animal e com os



DESEMPENHO OPERACIONAL

A) Utilidade: A ação, tem como indicador, a fiscalização realizada, porém, a falta de material humano para atender as ações deste plano interno tem comprometido seriamente a execução do mesmo.

B) Índices de Desempenho Físico/Financeiro do PI.

* Eficiência			** Eficácia			*** Efetividade		
2008	2009	%	Prog.	Realizado	%	Conforme	N. Conf.	%
7.851,86	13.290,00	-9,55	108	8	7,41	0	8	0

* Eficiência = $RUP \ 7.851,85 / 5 = 1.570,37$ (realizado 2008)
 $RUR \ 13.290,00 / 8 = 1.736,25$ (realizado 2009)
 $[(RUR/RUP)-1*100]$

** Eficácia = $(FR / FP)*100 =$
 Fiscalização realizada: 8
 Fiscalização Programada: 108

*** Efetividade = $(FRC/FR)*100 =$
 Fiscalização realizadas conformes = 0
 Fiscalização realizadas = 8

C) Resultado do Indicador no exercício:

Descrição Atividade	Unidade Medida	Programado	Realizado	R / P (%)
Fiscalização realizada	No.	108	8	7,41

D) **Disfunções estruturais ou situacionais:**

Situacional: Como já mencionado, a falta de recursos humanos, médico veterinário, para atender a demanda e ações necessárias a este plano interno tem comprometido seriamente a execução do mesmo. As ações que foram levadas a cabo contaram apenas com a boa vontade e disponibilidade de colegas fiscais federais agropecuários com formação em medicina veterinária lotados em outros serviços desta SFA. Outro ponto a ser considerado, são os entraves de ordem legal e normativo, onde alguns se mostram atrasados em relação aos avanços e às novas exigências da sociedade, que clama por maior agilidade no atendimento de suas necessidades, por maior qualidade e segurança dos serviços e produtos, cujos possíveis atrasos que possam acontecer na busca de se atender tais expectativas, nem sempre o profissional/servidor é o responsável.

Estrutural: Não há ainda um fiscal federal agropecuário com dedicação exclusiva a este plano interno, o que poderá comprometer a execução das metas previstas.

RELATÓRIO DE GESTÃO PLANO INTERNO FISCGENE - 2009

Nome do Programa: (0375) Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários.

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: A qualidade dos insumos e serviços agrícolas e pecuários tem influência direta na produtividade, sendo fator preponderante no incremento da competitividade do



agronegócio brasileiro. Para garantir os padrões de qualidade e conformidade desses produtos e serviços, faz-se necessária uma ação permanente de fiscalização por parte do poder público sobre as empresas e sobre os produtos e serviços colocados no mercado à disposição dos consumidores.

Gerente do Programa: Maria Angélica Ribeiro de Oliveira – Diretor DFIP/SDA/MAPA.

Gerente Executivo: Rogério Evaldo Plucheg – Chefe do Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários /SEFAG/DT/SFA-RO.

Indicadores: Fiscalização Realizada.

Público Alvo: Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, certificadores, reembaladores e armazenadores de insumos agropecuários

PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA

Plano Interno: FISCGENE

GESTÃO DAS AÇÕES

Ação: 2019 – Fiscalização de material genético animal.

Tipo: Orçamentária (direta e descentralizada).

Finalidade: compete: I - promover e acompanhar a fiscalização da produção, processamento, comércio, importação e exportação de material genético animal, bem como da prestação de serviços na área de reprodução animal; II - elaborar, atualizar, propor, orientar e fiscalizar a aplicação dos regulamentos para: a) registro de estabelecimentos que produzem, processam, comercializam, armazenam e importam material genético animal, e de prestadores de serviços na área de reprodução animal; b) inscrição de doadores de material genético animal; c) controle de qualidade da produção, comercialização, importação e exportação de material genético animal; d) padrões de identidade e qualidade de material genético animal; e) fiscalização sanitária de material genético animal; e f) realização de testes para identificação de parentesco dos animais doadores de material genético animal; III - instruir, para efeito de julgamento, processo administrativo relativo à infração aos dispositivos legais que regem a fiscalização de material genético animal; IV - controlar e orientar, consoante regulamentos específicos, registro junto ao MAPA dos: a) estabelecimentos que produzem, processam, importam, armazenam, comercializam e exportam material genético animal; e b) prestadores de serviços na área de reprodução animal; V - manter articulações para: a) programação de análises laboratoriais para o controle de identidade e qualidade de material genético animal, junto à CGAL/SDA; e b) elaboração e proposição de regulamento de natureza zoossanitária, relativo a material genético animal, junto às unidades organizacionais do DSA/SDA; VI - aplicar os regulamentos para o controle dos padrões zoogenéticos estabelecidos para os doadores de material genético animal; VII - elaborar, no que se refere à fiscalização de material genético animal: a) subsídios de apoio à participação do MAPA em fóruns, missões, comitês, reuniões técnicas, grupos de trabalho e outros eventos nacionais e internacionais, concernentes aos temas de competência, bem como nas negociações de acordos, convênios, protocolos e tratados, em articulação com as unidades organizacionais dos órgãos competentes; b) proposições de modificações em regulamentos; e c) relatórios das atividades desenvolvidas; VIII - programar e implementar a realização de: a)



supervisões e auditorias das atividades de competência, estabelecendo os critérios a serem seguidos; e b) eventos de treinamento e capacitação técnica, consoante orientações do órgão setorial. Ao Serviço de Controle da Produção e Comércio de Material Genético Animal (SCMG/DMG) compete: I - controlar e orientar as atividades de fiscalização de material genético animal, exercidas pelas unidades organizacionais das SFAs/MAPA ; II - elaborar, atualizar, propor, orientar e fiscalizar a aplicação dos regulamentos para: a) produção, processamento e comercialização de material genético animal; e b) fiscalização da produção, processamento, armazenagem, transporte, comércio, importação e exportação de material genético animal, bem como dos prestadores de serviço na área de reprodução animal; III - analisar e emitir parecer em processo administrativo relativo à infração aos dispositivos legais que regem a produção, o processamento, a comercialização de material genético animal e a prestação de serviço na área de reprodução animal; IV - programar e promover a execução de análises laboratoriais relativas à fiscalização de material genético animal; V - manter banco de dados e informações sobre produção, processamento, comercialização, importação e exportação de material genético animal; e VI - propor: a) supervisões e auditorias das atividades de competência, indicando os critérios a serem seguidos; e b) eventos de treinamento e capacitação, consoante orientações do órgão setorial.

Descrição: Realização de atividades de inspeção e fiscalização de material genético animal e auditoria de sistemas de controle de qualidade nos estabelecimentos que os industrializem ou distribuem, com a finalidade de assegurar a identidade e a qualidade, incluindo ainda para isso análises fiscais em laboratórios oficiais nos produtos terminados. Capacitação de fiscais federais agropecuários em biotecnologia da reprodução, boas prática de manipulação e auditoria. Participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DFIP/SDA/MAPA.

Unidade Executora: SFA-RO.

Área responsável por gerenciamento e execução: SEFAG/DT/SFA-RO.

Coordenado nacional da ação: Beronete Barros de Freitas Araujo.

Responsável pela execução da ação no nível local: Rogério Evaldo Plucheg.

Resultados:

PREVISTO		REALIZADO	
Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
19	16.383,08	2	150,00

A) Principais Despesas:
339039 R\$ 150,00

B) Principal Fonte de Financiamento: Recursos previstos do MAPA (orçamentários).

C) Adequação dos valores gastos: Foi possível com liberação dos recursos, executar somente parte da meta prevista, em razão da falta de um FFA com formação em medicina veterinária para acompanhar de forma integral as ações desenvolvidas por este plano interno.



- D) Principais recursos materiais e humanos: Não há disponibilidade de Fiscal Federal Agropecuário com formação em medicina veterinária e dedicação exclusiva para execução das ações necessárias para execução da meta. Contamos com 1 veículo no SEFAG/DT/SFA/RO, comum para outras ações. Há também a disponibilização de 01 aparelho GPS do Setor.
- E) Contração e parcerias: Não houve.
- F) Transferência, de PI para PI, ou de União para SFA: Não houve.

DESEMPENHO OPERACIONAL

A) Utilidade: A ação, tem como indicador, a fiscalização realizada, porém, a falta de material humano com formação em medicina veterinária e dedicação exclusiva para atender as ações deste plano interno tem comprometido a execução da meta em sua totalidade.

B) Índices de Desempenho Físico/Financeiro do PI.

* Eficiência			** Eficácia			*** Efetividade		
2008	2009	%	Prog.	Realizado	%	Conforme	N. Conf.	%
5.463,80	6.025,05	- 93,21	19	2	10,53	2	0	100

* Eficiência = $RUP \ 6.025,05 / 5 = 1.105,01$ (realizado 2008)
 $RUR \ 150,00 / 2 = 75,00$ (realizado 2009)
 $[(RUR/RUP)-1*100]$

** Eficácia = $(FR / FP)*100 =$
 Fiscalização realizada: 2
 Fiscalização Programada: 19

*** Efetividade = $(FRC/FR)*100 =$
 Fiscalização realizadas conformes = 2
 Fiscalização realizadas = 2

C) Resultado do Indicador no exercício:

Descrição Atividade	Unidade Medida	Programado	Realizado	R / P (%)
Fiscalização realizada	No.	19	2	10,53

D) Disfunções estruturais ou situacionais:

Situacional: Como já mencionado, a falta de recursos humanos, médico veterinário, para atender a demanda e ações necessárias a este plano interno tem comprometido a execução da meta em sua totalidade.

Estrutural: Não há ainda um fiscal federal agropecuário com dedicação exclusiva a este plano interno, o que poderá comprometer a execução das metas previstas.

RELATÓRIO DE GESTÃO PLANO INTERNO FISCINAN - 2009

Nome do Programa: (0375) Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários.

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: A qualidade dos insumos e serviços agrícolas e pecuários tem influência direta na produtividade, sendo fator preponderante no incremento da competitividade do agronegócio brasileiro. Para garantir os padrões de qualidade e conformidade desses produtos e serviços, faz-se necessária uma ação permanente de fiscalização por parte do



poder público sobre as empresas e sobre os produtos e serviços colocados no mercado à disposição dos consumidores.

Gerente do Programa: Maria Angélica Ribeiro de Oliveira – Diretor DFIP/SDA/MAPA.

Gerente Executivo: Rogério Evaldo Plucheg – Chefe do Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários /SEFAG/DT/SFA-RO.

Indicadores: Fiscalização Realizada.

Público Alvo: Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, certificadores, reembaladores e armazenadores de insumos agropecuários

PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA

Plano Interno: FISCINAN

GESTÃO DAS AÇÕES

Ação: 2124 – Fiscalização de insumos destinados a alimentação animal

Tipo: Orçamentária (direta e descentralizada).

Finalidade: Assegurar a qualidade e a conformidade dos insumos destinados a alimentação animal.

Descrição: Fiscalização das condições higiênico-sanitária dos estabelecimentos fabricantes, importadores, remisturadores, fracionadores e comerciantes de produtos destinados à alimentação animal; Fiscalização da conformidade e inocuidade dos produtos destinados à alimentação animal; capacitação dos fiscais federais agropecuários em boas práticas de fabricação (BPF), APPCC, auditoria, tecnologia de fabricação de ração, relatoria de processo; implementação das BPF nos estabelecimentos; e participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DFIP/SDA/MAPA.

Unidade Executora: SFA-RO.

Área responsável por gerenciamento e execução: SEFAG/DT/SFA-RO.

Coordenado nacional da ação: Fernanda Marcussi Tucci.

Responsável pela execução da ação no nível local: Rogério Evaldo Plucheg.

Resultados:

PREVISTO		REALIZADO	
Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
30	47.832,32	51	20.860,52

A) Principais Despesas:

339014	R\$	9.200,52
339030	R\$	3.360,00



339033 R\$ 6.000,00
 339036 R\$ 1.700,00
 339039 R\$ 600,00

Principal Fonte de Financiamento: Recursos previstos do MAPA (orçamentários).

- B) Adequação dos valores gastos: Foi possível com liberação dos recursos, ultrapassar a meta prevista.
- C) Principais recursos materiais e humanos: Não há disponibilidade de Fiscal Federal Agropecuário e dedicação exclusiva. Contamos com 1 veículo no SEFAG/DT/SFA/RO, comum para outras ações. Há também a disponibilização de 01 aparelho GPS do Setor.
- D) Contração e parcerias: Não houve.
- E) Transferência, de PI para PI, ou de União para SFA: Não houve.

DESEMPENHO OPERACIONAL

A) Utilidade: A ação, tem como indicador, a fiscalização realizada.

B) Índices de Desempenho Físico/Financeiro do PI.

* Eficiência			** Eficácia			*** Efetividade		
2008	2009	%	Prog.	Realizado	%	Conforme	N. Conf.	%
3.337,59	20.860,52	267,65	30	51	170	41	10	94,44

* Eficiência = $RUP \ 3.337,59 / 30 = 111,25$ (realizado 2008)
 $RUR \ 20.860,52 / 51 = 409,02$ (realizado 2009)
 $[(RUR/RUP)-1*100]$

** Eficácia = $(FR / FP)*100 =$
 Fiscalização realizada: 51
 Fiscalização Programada: 30

*** Efetividade = $(FRC/FR)*100 =$
 Fiscalização realizadas conformes = 41
 Fiscalização realizadas = 51

C) Resultado do Indicador no exercício:

Descrição Atividade	Unidade Medida	Programado	Realizado	R / P (%)
Fiscalização realizada	No.	30	51	170

D) Disfunções estruturais ou situacionais:

Situacional: Não Houve.

I - APRESENTAÇÃO, ESTRATÉGIA DE AÇÃO E EQUIPE

O Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário (SEPDAG) é um Serviço criado dentro da nova estrutura do MAPA pela Portaria nº 300, de 16 de junho de 2005. O SEPDAG está ligado, dentro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, à Secretaria de Política Agrícola (SPA/MAPA), à Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC/MAPA), à Secretaria de Produção e Agroenergia – (SAE/MAPA), à Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio – (SRI/MAPA), bem como também tem interface com a (SDA/MAPA).

Dentro da estrutura da Superintendência Federal de Agricultura, está diretamente ligada a Divisão Técnica e tem como principais atribuições regimentais, à promoção, orientação e



acompanhamento da execução de atividades relativas ao desenvolvimento rural e às políticas de crédito e investimentos públicos, a organização do setor primário, levantamento e transmissão de dados sobre a agropecuária do Estado de Rondônia, rastreabilidade, produção integrada, Indicações geográficas, propriedade intelectual e tecnológica de produtos agropecuários, assessoramento e apoio ao Zoneamento Agropecuário/Seguro Rural, divulgação ampla das atribuições e competências do Serviço para instituições públicas e privadas. Analisar a viabilidade técnica de projetos do OGU (Emendas Parlamentares), acompanhar metas de convênios da SDC/MAPA; além de participar nas comissões regionais, estaduais e municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável e do Comitê de Articulação Estadual dos Territórios.

A atuação do SEPDAG-RO, nas áreas de agricultura e pecuária orgânica, cooperativismo e associativismo rural, pesquisa e difusão de tecnologia, assistência técnica e extensão rural, infraestrutura e logística de produção e comercialização é, em grande medida, supletiva porque a execução de muitas destas atividades é de competência da esfera estadual. A participação mais ativa encontra-se na infraestrutura e logística, na agro ecologia e na agricultura orgânica, onde a presença do Serviço é constante e efetiva na divulgação, promoção e apoio de eventos ligados a estas atividades, que são setores estratégicos dinâmicos e de grande potencial para indução do desenvolvimento sustentável agropecuário na região norte, notadamente na área de frutas e hortaliças, o caso da agroecologia. No que tange a produção agroecológica e orgânica, que encontra-se em amplo crescimento no Estado, o SEPDAG-RO vem se estruturando para promover o acompanhamento da produção por meio de articulação interinstitucional, e na formulação e acompanhamento de políticas públicas e fomento.

O SEPDAG-RO tem como missão “contribuir para a melhoria quantitativa e qualitativa da produção da agropecuária rondoniense e brasileira”.

O SEPDAG dentro da estrutura das Superintendências ainda está sendo construído, mas tem dificuldades de se tornar mais volumoso porque não foi dado ao serviço à importância nem a estrutura de pessoal para assumir as competências e atribuições regimentais amplas e executar as inúmeras ações dos muitos programas existentes. No entanto, desde o início, definimos linhas de ações e estratégias para execução das metas que, sempre foram priorizadas, de acordo com as demandas do Estado e também compatibilizando com o grau de capacitação dos servidores do Serviço.

O SEPDAG-RO conta apenas com 02 (dois) FFA (Engenheiro Agrônomo) e 01 (uma) Agente de Portaria. Dentro de sua hierarquia 01 (um) FFA é o Chefe do Serviço e 01 (um) FFA é o Chefe-Substituto.

Nos casos de grandes necessidades, o Serviço recorre à colaboração do trabalho emergencial de pessoas de outros Serviços.

O SEPDAG-RO também atuou em 2009 de maneira transversal com os outros serviços técnicos da superintendência, tanto recebendo as demandas destes como atuando em conjunto quando estes serviços tem interface em alguns programas, assim, Fiscalizou Eventos Agropecuários, visando atender as demandas solicitadas da SFA-RO.

I.1 - EQUIPE TÉCNICA :

- Engº Agrº Sebastião F. Farias - FFA Chefe do SEPDAG/SFA-RO
- Engº Agrº Odorico Mendes Martins - FFA Chefe Subst. Do SEPDAG/SFA-RO
- Ag. De Port. Raimunda Eugênia Cabral - Apoio administrativo

I.2 - COLABORADORES EVENTUAIS:

- FFA Maria Gleide Braúna de Carvalho – SEDESA/DT/SFA-RO - Coord. Do CPOrg/RO;
 - FFA Rogério Evaldo Plucheg - Chefe do SEPDAG/DT/SFA-RO;
 - Aos Senhores(as) Chefes das UTRAS/SFA-RO e equipes;
 - Aos Senhores Chefes das UVAGROS/VIGIAGRO/DT/SFA-RO e equipes;
- A todos eles, nosso agradecimento pela relevante colaboração dispensada a este SEPDAG/DT/SFA-RO.

II - GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES



II.1 - Programa: 1426 - Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade

II.1.1 - Ação: 8606 - Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - Pró-orgânico – DESENORG

II.1.1.1 - Dados Gerais

Tipo	Direta e Descentralizada
Finalidade	Aumentar a oferta de insumos e de tecnologias aos sistemas orgânicos de produção; viabilizar na cadeia de produção orgânica a socialização de conhecimentos e a capacitação de técnicos e produtores rurais no que se refere à geração ou adaptação de tecnologias e processos de produção orgânica, além da gestão do empreendimento; Articular e aproximar os diferentes agentes da rede de produção orgânica e demais setores envolvidos com o desenvolvimento sustentável do meio rural, para otimizar e viabilizar a integração de ações que fomentem a organização do setor, o desenvolvimento e aplicação de produtos e processos fundamentados em princípios agroecológicos;
Descrição	Ampliação do número de técnicos capacitados a da assistência aos produtores; promoção do acesso a informação, capacitação e treinamento em sistemas orgânicos de produção agropecuária, conjugando técnicas de manejo e diversificação da propriedade, potencializando a reciclagem de nutrientes, redução de patógenos e insetos-praga, eliminação de determinados contaminantes e conservação e melhoria da fertilidade do solo e da qualidade da água; promoção e apoio a eventos que possibilitem a divulgação dos produtos orgânicos brasileiros para ampliação de sua colocação no mercado interno e externo; Promoção do acesso ao crédito, com características diferenciadas, que considere as particularidades do sistema de produção orgânica, principalmente no aspecto referente a produtores em processo de conversão do sistema convencional para o orgânico; divulgação sobre o que é o produto orgânico e como funciona o sistema de certificação brasileiro; fomento e ampliação do acesso a insumos e equipamentos apropriados ao desenvolvimento da agricultura orgânica entre eles a de material genético com características selecionadas para uma maior resposta ao manejo orgânico; Realização ou participação de campanhas, mostras e exposições, bem como elaboração e divulgação de materiais impressos e audiovisuais; Articulação de iniciativas para formação de consórcios, núcleos e incubadoras de empresas de base tecnológica e outros arranjos similares, para viabilizar ações de desenvolvimento ou de exploração de novas oportunidades para o agronegócio de alimentos orgânicos
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade – DEPROS – Coordenação de Agro ecologia – COAGRE – SDC
Unidades Executoras	Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário – SEPDAG's



Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Área territorial estadual
Coordenador Nac. da ação	Rogério Pereira Dias
Responsável Técnico local	Sebastião Ferreira Farias

II.1.1.2 - Resultados e Comentários:

Tabela 01 – Metas e Resultados das ações do **PI DESENORG** nos meses de janeiro a dezembro de 2009

PI DESENORG

Meta Física	Prevista	Realizada	R/P x 100
Pessoas Beneficiadas por ocasião da realização da V Semana dos Alimentos Orgânicos de Rondônia	300	2.300	100 %
Reuniões Realizadas pelo CPOrg/RO	04	03	75 %
Palestras realizadas pelo IDARON, membro da CPOrg-RO, em 06 municípios, como parte da Programação da V Semana dos Alimentos Orgânicos de Rondônia, no período de 26 de maio a 01 de junho/2009	17	17	100 %
Participação e apoio à realização de Feiras Agroecológicas em 2 municípios do Estado de Rondônia (Porto Velho e Ouro Preto D'Oeste), por ocasião da realização da V Semana dos Alimentos Orgânicos de Rondônia;	02	02	100 %
Entrevistas realizada em rádio e TV local, por ocasião da realização da V Semana dos Alimentos Orgânicos de Rondônia;	03	03	100 %
Palestras com distribuição de material de Divulgação realizadas por técnicos do SEPDA-RO, nas 04 oficinas da Operação Arco Verde	04	04	100%
Palestras e divulgação do programa para parceiros públicos e privados, realizadas	08	08	100 %
Reuniões de trabalho com parceiros públicos e Privados Agricultura Orgânica;	02	02	100 %
Meta Financeira	Prevista	Realizada	R/P x 100
Recurso	6.908,80	6.908,80	100 %

II.1.1.3 - OBSERVAÇÕES:

- Foram realizados no exercício, 4 (quatro) Mutirões da Operação ARCO VERDE – TERRA LEGAL, nos municípios de Porto Velho, Machadinho D' Oeste, Nova Mamoré e Pimenta Bueno, com o objetivo resolver os passivos de regularização fundiária e de conformidade ambiental nesse municípios, além de procurar-se frear o desmatamento nessas áreas, através da implementação de políticas públicas integradas para apoio aos produtores e viabilização de um modelo de produção agrícola sustentável.



II.1.1.4 - Comentários:

Esta Ação se cobre de elevada importância para o desenvolvimento sustentável e valorização do setor produtivo agropecuário estadual, uma vez que ela é focada na melhoria da qualidade higiênica e sanitária dos produtos de origem animal e vegetal, de forma a torná-los seguros para o consumo humano e animal. Essa característica, aliada ao aumento da demanda reprimida e maior conscientização dos consumidores, concorrem para proporcionar aos produtos orgânicos melhores preços e maiores oportunidades de melhores ganhos aos produtores.

Por tudo isso é que o SEPDAG, apesar das dificuldades operacionais e limitações de pessoal em sua equipe, vem apoiando e estimulando essa atividade em parceria com a Comissão da Produção Orgânica do Estado de Rondônia - CPOrg/RO, cujos resultados obtidos, até o final do exercício, são animadores.

Como exemplo, citamos o apoio do SEPDAG à realização da V Semana dos Alimentos Orgânicos de Rondônia, no período de 26 de maio a 01 de junho/2009.

Este evento foi realizado com a participação dos membros Governamentais e Não Governamentais que compõe a CPOrg-RO.

Essa Ação, à luz do exposto, anteriormente, vem sendo implementada por demandas dos seus beneficiários principais (pequenos produtores, entidades associativas de pequenos produtores rurais, parceiros públicos e privados afins, etc.).

Abaixo segue registro dos principais e mais significativas realizações do SEPDAG-RO, através de execução direta, de eventos apoiados e de execução indireta através de parcerias, no exercício

- 03 Reuniões: Realizadas em fevereiro, abril e agosto de 2009;
- 12 - Palestras com distribuição de material de divulgação realizadas por técnicos do SEPDAG-RO, nas 04 oficinas da Operação Arco Verde e outras, com público atingido de cerca de 360 pequenos produtores rurais;
- 17 - Palestras realizadas pelo IDARON, membro da CPOrg-RO, em 06 municípios, como parte da Programação da V Semana dos Alimentos Orgânicos de Rondônia, no período de 26 de maio a 01 de junho/2009, com público alvo atingido de 735 (alunos, professores, produtores);
- 02 - Feiras Agroecológicas em 2 municípios, público alvo atingido aproximadamente 2.300 (agricultores, técnicos, estudantes e consumidores);
- 03 - Entrevistas realizada em rádio e TV local, em 1 município;
- 02 - Reuniões de trabalho com parceiros públicos e privados, para orientação e divulgação da importância, diretrizes, normas e procedimentos da agricultura orgânica para valorização dos setores produtivo agropecuário e consumidor de Rondônia;
- Apoio a articulação de uma organização de uma OPAC de agricultores orgânicos apta a comercialização direta no Estado.

II.1.1.5 - Pontos Fortes e Fracos:

Pontos Fortes	Pontos Fracos
Motivação da equipe atual do SEPDAG-RO	Déficit do N° de Fiscais na equipe
Maior consciência de algumas autoridades do MAPA para a necessidade de se fortalecer e estruturar-se os SEPDAGs	Déficit do N° de auxiliares técnico/administrativo na equipe
Motivação e conscientização das lideranças associativas e dos pequenos produtores rurais em mudarem, gradualmente, da forma tradicional de produzir para a produção agroecológica e orgânica	Carência de tecnologias apropriadas e eficazes para tornarem a pequena produção de transição agroecológica e orgânica mais produtiva e rentável;



<p>Maior motivação e empenho das instâncias públicas oficiais, em implementarem políticas públicas de produção agropecuária com foco na agroecologia e orgânica</p>	<p>Necessidade de um Plano de Metas ou Programa estadual amplo de apoio e incentivo ao desenvolvimento da produção agroecológica e orgânica em Rondônia</p>
---	---

II.1.2 - Ação: 8593 - Apoio ao Uso e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais em Agroecossistemas – ORGMANEJO2

II.1.2.1 - Dados Gerais

Tipo	Descentralizada
Finalidade	<p>Promover a atividade agropecuária, de forma integrada, competitiva e sustentável, mediante o estímulo à difusão e adoção de práticas conservacionistas de uso e manejo dos recursos naturais direta ou indiretamente vinculados ao processo produtivo, principalmente do solo e da água, com vistas a garantir a produção de alimentos, fibras e matérias primas, aumentar as disponibilidades hídricas em termos qualitativos e quantitativos, bem como promover o aumento da produtividade agropecuária.</p>
Descrição	<p>Fomento a utilização de práticas conservacionistas, de natureza preventiva e corretiva, como o sistema plantio direto na palha, integração lavoura-pecuária, para a otimização do uso da água, a valorização da biodiversidade, fundamentada na concepção e gestão da bacia hidrográfica (micro bacia) como unidade territorial de planejamento. Capacitação, a realização de cursos, seminários, dias de campo, implantação de unidades demonstrativas e pilotos, produção e difusão de material técnico e instrucional.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Identificar e estratificar os resíduos e dejetos oriundos do setor agropecuário com potencial econômico de aproveitamento; - Identificar tecnologias disponíveis e linhas de financiamento que estimulem a utilização racional de resíduos e dejetos no setor agropecuário; - Realizar ou apoiar campanhas, mostras, exposições, cursos e outros eventos que tratem sobre o manejo e uso racional de resíduos e dejetos do setor agropecuário; - Articular com outras instituições do setor público e privado, em nível nacional, regional e local, para a promoção e desenvolvimento de tecnologia apropriada ao aproveitamento de resíduos e dejetos do setor agropecuário; - Articulação para criação e implementação de instrumentos que viabilizem economicamente a adoção dessas técnicas, no sentido de estimular o setor a participar do mercado de créditos de carbono no contexto do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL, constituindo-se em mais uma alternativa de renda ao produtor, além dos benefícios relativos ao meio ambiente. - Estimulo ao setor produtivo agropecuário a adotar técnicas que permitam a agregação de valor aos atuais resíduos e dejetos de seus processos produtivos, bem como promover a



	diminuição dos impactos ambientais negativos gerados pelo uso e manejo inadequados dos mesmos, bem como reduzir os custos de produção..
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade – DEPROS/SDC/MAPA, através da Coordenação Geral de Desenvolvimento Sustentável-CGDS
Unidades Executoras	Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário – SEPDAG's
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Área territorial estadual
Coordenador Nac. da ação	Cláudio Marques Magalhães
Responsável Técnico local	Sebastião Ferreira Farias

II.1.2.2 - Resultados e Comentários:

Tabela – Metas e Resultados das ações do **PI ORGMANEJO2** nos meses de janeiro a dezembro

PI ORGMANEJO2

Meta Física	Previsto	Realizado	R/P x 100
Pessoas beneficiadas com as palestras e material técnico de divulgação (Folders, cartilhas, etc.), fornecidos por ocasião da visita das mesmas ao Stand da SFA-RO, presente nos 04 Mutirões da Operação Arco Verde realizados no estado de Rondônia	1.200	1.200	100 %
Reunião com parceiros públicos e privados para repasse das diretrizes, normas e orientação técnica do programa para sua implementação	04	04	100 %
Participação em eventos nacionais onde se expôs e discutiu-se o Programa	01	01	100 %
Palestras realizadas por ocasião da realização dos 04 Mutirões da Operação Arco Verde, para divulgação dos Programas Integração Lavoura-Pecuária-Silvicultura (ILPS) e PRODUSA	04	04	100 %
Participação da SFA-RO, como representante do MAPA, nas solenidades de abertura, nas discussões técnicas e como palestrante dos Mutirões do Arco Verde	04	04	100 %
Meta Financeira	Previsto	Realizado	R/P x 100
Recurso	2.995,26	2.995,26	100 %

II.1.2.3 - OBSERVAÇÕES:

- Essa ação, pelo fato de encontrar-se centralizada na sua Coordenação Nacional e, ainda, não tenha sido descentralizada para, sua execução, para que não houvesse prejuízos aos seus beneficiários e ao Programa, se deu efetivamente, por demandas;
- Foram realizados no exercício, 4 (quatro) Mutirões da Operação ARCO VERDE – TERRA LEGAL, nos municípios de Porto Velho, Machadinho D' Oeste, Nova Mamoré e Pimenta Bueno, com o objetivo resolver os passivos de regularização fundiária e de conformidade ambiental nesse municípios, além de procurar-se frear o desmatamento nessas áreas, através da implementação de políticas públicas integradas para apoio aos produtores e viabilização de um modelo de produção agrícola sustentável.

II.1.2.4 - Pontos Fortes e Fracos:



Pontos Fortes	Pontos Fracos
Motivação da equipe atual do SEPDAG-RO	Déficit do N° de Fiscais na equipe
Maior consciência de algumas autoridades do MAPA para a necessidade de se fortalecer e estruturar-se os SEPDAGs	Déficit do N° de auxiliares técnico/administrativo na equipe
Maior apoio do MAPA, com equipamentos e implementos agrícolas às SEMAGRIs, para o seu fortalecimento, bem como para que elas prestem maiores e melhores benefícios às cadeias agroprodutivas, à logística e infraestrutura física de apoio a produção e aos pequenos produtores rurais locais,	Dificuldades que alguns municípios apresentam na racionalização do uso planejado dos equipamentos em benefício dos agricultores familiares e do desenvolvimento do seu setor agropecuário.

II.2- Programa : 6003 Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário

II.2.1- Ação: 2B17 - Fiscalização de Contratos de Repasse - FISCONTRATO

II.2.1.1 - Dados gerais

Tipo	Direta
Finalidade	Acompanhar a execução de obras e serviços oriundos de contratos de repasse, celebrados por intermédio da Caixa Econômica Federal com entidades públicas e fiscalizar o contrato de prestação de serviços firmados entre o Mapa e a CEF para operacionalização dos contratos de repasse.
Descrição	Fiscalização, acompanhamento e avaliação dos contratos executados pelas instituições responsáveis pela operacionalização dos repasses decorrentes dos projetos agropecuários a que se destinam, de forma contínua por amostragem ou denúncia.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	SDC - Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. DIEL – Departamento de Infraestrutura e Logística
Unidades Executoras	Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário – SEPDAG's
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Área territorial estadual
Coordenador Nac. da ação	Mauro Vaz de Melo
Responsável Técnico local	Sebastião Ferreira Farias

II.2.1.2 - Resultados e Comentários:

Tabela 01 – Metas e Resultados das ações do **PI FISCONTRATO** nos meses de janeiro a dezembro/2009.

FISCONTRATO

Meta Física	Previsto	Realizado	R/P x 100
Análise e Parecer Técnica de Contratos de repasse	48	48	100 %
Fiscalização do uso e benefícios de bens adquiridos por Contrato de repasse	30	30	100 %
Participação em eventos nacionais	01	01	100 %
Reuniões de nivelamento com a GIDUR/CEF	03	03	100 %



Realização de treinamento de técnicos da SFA-RO	02	02	100 %
Técnicos treinados	10	10	100 %
Meta Financeira	Previsto	Realizado	R/P x 100
Recurso	6.962,85	6.962,85	100 %

II.2.1.3 - OBSERVAÇÕES:

- Essa Ação, pelo fato de encontrar-se centralizada na sua Coordenação Nacional e, ainda, não tenha sido descentralizada para , sua execução, para que não houvesse prejuízos aos seus beneficiários e ao Programa, se deu efetivamente, por demandas;

II.2.1.4 – Comentários:

- Foram analisados, tecnicamente, pelo SEPDAG-RO, via SICONV, 48 (quarenta e oito) Contratos de Repasse que após apreciadas pela CGPI/DIEL recebem o status de aprovadas.

- Após essa operação e cumprido os trâmites legais entre a GIDUR/CEF e as Prefeituras Municipais são formalizados os Contratos e concluídos com a prestação de contas do proponentes das propostas àquela GIDUR/CEF.

- O passo seguinte será o acompanhamento e fiscalização pelo SEPDAG/DT/SFA/RO, do uso e benefícios do objeto aos beneficiários dos bens adquiridos.

- Os recursos de investimentos do OGU, repassados pelo MAPA através do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário – PRODESA, aos 32 (trinta e dois) municípios contemplados, foram da ordem de R\$ 7.078.500,00 (sete milhões, setenta e oito mil e quinhentos reais) do PRODESA. O público médio beneficiário direto dos 48 contratos é de cerca de 12.000 e os indiretos de aproximadamente, 24.000.

- A título de informações, vale registrar que do total de recursos de investimentos e propostas analisadas e aprovadas para o exercício de 2009, cerca de R\$ 4,89 milhões, destinou-se para 21 municípios incluídos nos 04 Territórios da Cidadania de Rondônia, beneficiados com 31 propostas para aquisição de tratores, máquinas, equipamentos e implementos agrícolas, etc, destinados ao apoio ao setor agropecuário desses municípios.

- No exercício, foi realizada, com foco nos benefícios dos bens adquiridos, por técnicos das UTRAs/SFA-RO e sob a supervisão deste SEPDAG/SFA-RO, a fiscalização de 30 (trinta) Contratos de Repasse do PRODESA/MAPA, sorteados para o período de 2004 a 2007, pelo DIEL/SDC/MAPA, assim distribuídos por município e por área de abrangência das UTRAs/SFA-RO: 1)UTRA-ARIQUEMES, Buritis, 04; 2)UTRA-CACOAL, (Cacoal 03 e Espigão D'Oeste 05); 3)UTRA-JI-PRANÁ, Ji-Paraná, 09; 4)UTRA-OURO PRETO, Jaru. 01; 5)UTRA-ROLIM DE MOURA, (Alta Floresta, 02, Alto Alegre dos Parecis, 01 e Costa Marques, 01); 6)UTRA-VILHENA, (Cabixi, 01 e Colorado D'Oeste, 03).

- Participação da Chefia do SEPDAG/DT/SFA-RO, a convite da Sra. Coordenadora da ASPAR/GM/MAPA e do Coordenador Geral da CGPI/SDC/MAPA, de Reunião Interinstitucional realizada em Brasília-DF, no dia 05.06.2009, no Plenarinho nº 6 da Câmara Federal, entre ASPAR/GM/MAPA, SDC/MAPA e Assessores dos Parlamentares da Região Norte, visando a integração, nivelamento de conhecimentos e uniformização de procedimentos (da seleção de prioridades, orientação aos interessados na construção dos planos de trabalho, análise técnica, execução, acompanhamento e avaliação dos resultados das propostas), implementadas com recursos de Emendas Parlamentares através de Contratos de Repasse/Convênios entre o órgão/entidade beneficiária e o MAPA.

- Realizou-se 03 (três) reuniões entre o SEPDAG/SFA-RO e a GIDUR/CEF, para atualização de normas e harmonização de procedimentos no âmbito do PRODESA/MAPA

- Realizou-se 02 treinamentos de pessoas da sede e das UTRAs, perfazendo um total de 10 servidores.

II.2.1.5 - Pontos Fortes e Fracos:

Pontos Fortes	Pontos Fracos
Motivação da equipe atual do SEPDAG-RO	Déficit do Nº de Fiscais na equipe
Maior consciência de algumas autoridades do MAPA	Déficit do Nº de auxiliares



para a necessidade de se fortalecer e estruturar-se os SEPDAGs	técnico/administrativo na equipe
Maior apoio do MAPA, com equipamentos e implementos agrícolas às SEMAGRIs, para o seu fortalecimento, bem como para que elas prestem maiores e melhores benefícios às cadeias agroprodutivas, à logística e infraestrutura física de apoio a produção e aos pequenos produtores rurais locais,	Dificuldades que alguns municípios apresentam na racionalização do uso planejado dos equipamentos em benefício dos agricultores familiares e do desenvolvimento do seu setor agropecuário.

II.3 - PROGRAMA : 1442 Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio

II.3.1 - Ação: 8622 - Desenvolvimento do Associativismo Rural e do Cooperativismo - PROMOCOOP2

II.3.1.1 – Dados Gerais

Tipo	Descentralizada
Finalidade	Fortalecer o associativismo rural e o cooperativismo, objetivando a eficiência do setor produtivo e da prestação de serviços
Descrição	<p>Organização econômica e social dos indivíduos na sociedade, cujos benefícios se revertam em avanços sociais e melhoria na qualidade de vida da sua comunidade. Contribuir para a diminuição da exclusão social, experimentada por grupos e redes sociais que não dispõem de acesso à plena participação política, econômica e social. Fomentar as estruturas associativas e apoiar as práticas de desenvolvimento inclusivo para orientar o bem estar socioeconômico da população.</p> <p>Apoiar a realização de diagnósticos locais ou regionais, e a elaboração de projetos que visem à agregação de valor ao produto das cooperativas.</p> <p>Contribuir para a geração de renda e de oportunidades de trabalho; para a otimização do processo produtivo, organizando a infra-estrutura e os serviços essenciais, agregando valor aos produtos básicos e abastecendo o mercado; para o aumento da oferta interna de alimentos, contribuindo para suprir as necessidades nutricionais da população; e para melhorar a estruturação sistêmica do setor agropecuário, com a participação organizada de produtores e consumidores ao longo das cadeias produtivas e de abastecimento.</p>
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade – DEPROS –Coordenação de Agroecologia
Unidades Executoras	Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário – SEPDAG's
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Área territorial estadual
Coordenador Nac. da ação	Luiz Carlos Colturato
Responsável Técnico local	Odorico Mendes Martins

II.3.1.2 - Resultados e Comentários:



Tabela 01 – Metas e Resultados das ações do **PI PROMOCOOP** nos meses de janeiro a dezembro./2009.

PI PROMOCOOP2

Meta Física	Previsto	Realizado	R/P
Entidade assistida	02	02	100 %
Realização de Reuniões com 02 Entidades Convenientes para orientação sobre as normas para a boa execução de convênios	08	08	100 %
Público beneficiado pelos convênios	320		
Fiscalização de Convênios (MAPA/COOTRARON N° 701967/2008) e (MAPA/ACDI VOCA/OCB-RO N° 4200135720060067);	02	02	100 %
Fiscalização “in loco” de oficinas de capacitação de produtores do Convênio MAPA/COOTRARON n° 701967/2008	16	10	62,5 %
Palestras Realizadas em 04 Oficinas da Operação Arco Verde como representante da SFA-RO/MAPA, divulgando o Projeto COOPERGÊNERO	04	04	100 %
Participação em Oficinas da Operação Arco Verde como representante da SFA-RO/MAPA, divulgando o Projeto COOPERGÊNERO	04	04	100 %
Público visitante do stand da SFA-RO e beneficiado com material técnico de orientação para a organização sócio/cooperativa, produção sustentável e nas palestras das 04 operações Arco Verde	1.200	1.200	100 %
Meta financeira	Previsto	Realizado	R/P
Recurso	2.796,34	2.796,34	100 %

II.3.1.3 - OBSERVAÇÕES:

- Essa ação, pelo fato de encontrar-se centralizada na sua Coordenação Nacional e, ainda, não tenha sido descentralizada para , sua execução, para que não houvesse prejuízos aos seus beneficiários e ao Programa, se deu efetivamente, por demandas;
- Foram realizados no exercício, 4 (quatro) Mutirões da Operação ARCO VERDE – TERRA LEGAL, nos municípios de Porto Velho, Machadinho D’ Oeste, Nova Mamoré e Pimenta Bueno, com o objetivo resolver os passivos de regularização fundiária e de conformidade ambiental nesse municípios, além de procurar-se frear o desmatamento nessas áreas, através da implementação de políticas públicas para apoio aos produtores e viabilização de um modelo de produção agrícola sustentável.

II.3.1.4 - Pontos Fortes e Fracos:

Pontos Fortes	Pontos Fracos
Motivação da equipe atual do SEPdag-RO	Déficit do N° de Fiscais na equipe
Maior consciência de algumas autoridades do MAPA para a necessidade de se fortalecer e estruturar-se os	Déficit do N° de auxiliares técnico/administrativo na equipe



SEPDAGs	
<p>Maior apoio do MAPA, com equipamentos e implementos agrícolas às SEMAGRIs, para o seu fortalecimento, bem como para que elas prestem maiores e melhores benefícios às cadeias agroprodutivas, à logística e infraestrutura física de apoio a produção e aos pequenos produtores rurais locais,</p>	<p>Dificuldades que alguns municípios apresentam na racionalização do uso planejado dos equipamentos em benefício dos agricultores familiares e do desenvolvimento do seu setor agropecuário.</p>

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
20	125	0356	8938	A	3	Fisc.realiz.	79	94	
20	125	0356	4746	A	3	Fisc.realiz.	260	286	
20	125	0375	2141	A	3	Fisc.realiz.	70	17	
20	125	0375	2179	A	3	Fisc.realiz.	69	29	
20	125	0357	8572	A	3	Supervisão	02	03	
20	125	0357	8658	A	3	Supervisão	36	10	
20	122	0750	4716	OP	3	-	-	-	-

* As Metas para 2010 ainda não estão disponíveis no SIGPLAN

ÁREA RESPONSÁVEL - DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO – DAD

Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos

Programas e Ações sob responsabilidade da unidade

Programa - Nº 0750 - Nome: Apoio Administrativo

Tabela 2 – Anexo II DN TCU Nº100/2009 - Dados gerais do programa

Tipo de programa	Apoio às Políticas e Áreas Especiais
Objetivo Geral	Não definido
Objetivo específico	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.
Gerente do Programa	
Responsável no âmbito UJ	Sidney Antônio Liberati
Indicadores ou parâmetros utilizados	Eficiência - Eficácia – Efetividade
Público-alvo	Governo

Principais Ações do Programa

Ação: Nº 4716 - Nome : Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas - MANUT

Tabela – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Construir um centro de custos administrativos das



	Superintendências Federais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento nos Estados e Distrito Federal, integrantes do orçamento da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	Atendimento dos custos dos serviços administrativos, quando os mesmos não puderem ser apropriados aos programas e ações finalísticas.
Unidade Responsável por decisões estratégicas	CGAS/SE
Coordenador Nacional da ação	
Unidade Executora	SAD/SFA/RO

Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
Licitação				
Convite	-0-	-0-	-0-	-0-
Tomada de Preços	-0-	-0-	-0-	-0-
Concorrência	-0-	-0-	-0-	-0-
Pregão	13	16	12	14
Concurso	-0-	-0-	-0-	-0-
Consulta				
Contratações Diretas	-0-	-0-	-0-	-0-
Dispensa	19	27	19	27
Inexigibilidade	04	05	04	05
Regime de Execução Especial	-0-	-0-	-0-	-0-
Suprimento de Fundos	-0-	-0-	-0-	-0-
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias				
Outros				



9 - RECURSOS HUMANOS - GESTÃO DE PESSOAS

QUANTITATIVOS DE SERVIDORES POR CATEGORIA FUNCIONAL

1. ÁREA TÉCNICA	QUANT.
1.1. Nível Superior	
1.1.1. Fiscal Federal Agropecuário	41
1.1.2. Engenheiro de Pesca	01
1.1.3. Arquiteto	01
1.1.4. Engenheiro Operacional	02
1.2. Nível Médio	
1.2.1. Agente de Atividade Agropecuária	41
1.2.2. Agente de Inspeção	05
1.2.3. Auxiliar de Atividade Agropecuária	03
1.2.4. Técnico em Laboratório	01
2. ÁREA ADMINISTRATIVA	
2.1. Agente Administrativo	39
2.2. Agente de Portaria	10
2.3. Motorista	09
2.4. Auxiliar Oper. de Serv. Diversos	06
2.5. Datilógrafo	01
2.6. Técnico de Secretariado	01
2.7. Assistente Administrativo	01
2.8. Estagiários NM	10
2.9. Estagiários NS	04
TOTAL	
Total Geral Ativos	163
Aposentados	50
Pensionistas	87
Cargo Comissionado	01
Cedidos (agentes Administrativos)	03
Cedido (Auxiliar Administrativo)	01
Cedido (Agente de Ativ. Agropecuario)	01

QUADRO PRÓPRIO - RONDÔNIA						
Tipologia	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Rebuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	170	R\$ 4.424.301,66	R\$ 216.203,38	R\$ 3.785.289,91	R\$ 371.677,62	R\$ 325.187,28
2008	172	R\$ 5.043.947,20	R\$ 140.211,35	R\$ 4.577.243,04	R\$ 490.692,24	R\$ 390.871,45
2009	174	R\$ 6.099.888,54	R\$ 188.983,59	R\$ 5.883.779,38	R\$ 675.965,08	R\$ 362.851,51
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007						
2008						
2009						



Cargo de Provisão em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)

2007	2		R\$ 25.319,96			
2008	2		R\$ 30.117,78	R\$ 673,68		R\$ 2.384,04
2009	2		R\$ 32.156,87	R\$ 898,24		R\$ 2.237,84

Requisitados com ônus para a UJ

2007						
2008						
2009						

Requisitados sem ônus para a UJ

2007						
2008						
2009						

QUADRO TERCEIRIZADO

Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área Fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007							16	
2008							14	
2009							14	

* Não foi fornecido pelo SRH os valores gastos com estagiários.

10 - LEVANTAMENTO DOS CONVÊNIOS E CONTRATOS DAS UNIDADES DESCENTRALIZADAS

Informações sobre Transferências (recebidas e realizadas) no Exercício

(Item 6 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 100/2009)

Quadro de Detalhamento de Transferências (recebidas e realizadas) no Exercício de 2009

Quadro de Detalhamento de Transferências									
Concedente(s)									
UG / CNPJ		Denominação							
130083		SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA EDM RONDÔNIA – SFA/RO							
Tipo	Identificação	Conveniente	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Repasso total até o exercício	Repasso no exercício	Vigência		Sit.
							Início	Fim	
Convênio : Sanidade Animal	634427	03.092697/0001-66	10.581.038,20	1.260.000,00	10.581.038,20	0	03.07.08	05.01.10	0

RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSO

Não houve ocorrência no período

11 - RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	1.107.252,51	275.974,10	17.217,03	813.961,38
2007	1.741.555,53	25.383,68	194.983,11	1.546.572,42
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar



Inscrição				
2008	1.107.252,51	312.435,70	1.426.878,23	Não houve
2007	1.791.181,52	96.692,17	180.000,00	1.514.488,85
...				
Observações:				

12 - GESTÃO OPERACIONAL

12.1 - Desempenho Operacional da SFA/RO

Em 2009, as ações desenvolvidas pela SFA/RO no âmbito dos serviços da área finalística: SEPDAG, SEDESA, SIPAG, SEFAG, e VIGIAGRO corresponderam a 08 Programas e 21 PI's do PPA 2008 – 2011, em 2009 foram trabalhados 08 Programas e 18 PI's do PPA 2003-2007.

Os programas e ações operacionalizados nesta SFA/RO, no exercício de 2009, no que se refere a cada serviço, estão assim distribuídos: SEPDAG: 03 programas, 04 ações (PI's); SEDESA: 01 programa, 06 ações (PI's); SIPAG: 01 programa, 03 ações; SEFAG: 01 programa, 06 ações e VIGIAGRO: 01 programa, 02 ações (PI's).

Com relação às metas programadas e realizadas, no cômputo geral os 05 (cinco) serviços citados acima, alcançaram eficácia na execução de seus PI's, respectivamente, com o percentual superior ou igual a 100%, como segue: SEDESA: as 06 ações atingiram esse percentual, SIPAG: as 03 ações atingiram esse resultado, SEFAG: das 06 ações trabalhadas, 04 atingiram esse resultado e VIGIAGRO: as 02 ações trabalhadas atingiram esse percentual.

No que se refere à área técnica, constata-se que os indicadores de eficácia apresentaram resultados positivos em 90,91% das 21 (onze) ações analisadas. Com relação aos indicadores de eficiência não foi possível fazer a avaliação de tendência com os anos anteriores, haja vista que houve mudanças significativas na composição do PPA 2008-2011, principalmente no que se refere à criação, exclusão e junção de algumas ações. Além de que a DN/TCU nº 93, de 03/12/2008 e a NE/CGU nº 3, 19/12/2008 determinam incluir na composição dos indicadores de desempenho o método de aferição das informações e, como dispomos de apenas dois (02) bancos de dados oficiais - SIPLAN e SIAFI – mudamos a metodologia de cálculo. A partir de 2010 teremos como avaliar esse indicador. Convém salientar que o critério adotado para selecionar os PI's dos serviços do SEDESA, SIPAG, SEFAG e VIGIAGRO para o cálculo dos indicadores de desempenho foi levado em consideração o PI que com relação o objetivo do programa permitisse aferir a magnitude do produto a ser gerado pela ação.

Com relação à área administrativa, apresentamos os indicadores de desempenho, baseados nos resultados (produtos) das atividades desenvolvidas pelas diversas seções e setores desta área, durante o exercício de 2009. Os indicadores e os produtos que foram padronizados nas SFA's, durante as reuniões regionais e nacionais das Seções de Planejamento e Acompanhamento – SPA's, com o Coordenador Geral de Apoio às Superintendências - CGAS. Mensalmente, a partir de abril, retroativo a janeiro, os serviços, seções e setores da área administrativa e alguns da área técnica registram na tabela – Produto do Plano Operativo do PI MANUT, os produtos executados, inerentes a sua unidade de trabalho e encaminharão, via e-mail, a SPA para tabulação e análise. O método de aferição é a tabela de Produtos do Plano Operativo do PI MANUT/SFA/RO, monitorada pela SPA



13 - Renúncias Tributárias

(Item 9 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 100/2009)

OBSERVAÇÃO:

As tabelas referentes ao item 9 – Renúncias Tributárias – não foram preenchidas pela UJ - SFA-RO, pois:

“NÃO SE APLICAM À NATUREZA JURÍDICA DA UJ”

14 - Operações de Fundos

(Item 10 do Conteúdo Geral do Anexo II da DC TCU 100/2009)

“NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ”

15 - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

“NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ”

16 - FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

“NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ”

17 - Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno

“NÃO OCORRERAM NO PERÍODO”

18 - Determinações e Recomendações do TCU

(Item 11 do Conteúdo Geral do Anexo II da DC TCU 100/2009)

“NÃO CORRERAM NO PERÍODO”

19 - Registros Atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV

(Item 13 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 100/2009)

O único Convênio contratados pelo MAPA e acompanhados pela SFA-RO foi no ano de 2008. Encerraram em 05/01/2010, terão as respectivas Prestações de Contas analisadas no decorrer do ano de 2010. As informações referentes aos contratos dos Convênios estão devidamente registradas, atualizadas e disponíveis no **Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI**. Os contratos desses Convênios não foram registrados no **Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parcerias – SICONV**, por terem sido celebrados antes do dia 1º de julho de 2008, conforme dispõe o Art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de Agosto de 2008, sendo:

Conveniente: **AGÊNCIA DE DEFESA SANITÁRIA AGROSILVOPASTORIL DO ESTADO DE RONDÔNIA - IDARON**

Convênio – 1 Sanidade Animal – SIAFI nº 634427

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Superintendência Federal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Rondônia

Seção de Planejamento e Acompanhamento – SPA/GAB/SFA-RO

20 - Outras Informações Consideradas pelos Responsáveis como relevantes para à avaliação da conformidade e do Desempenho da gestão



(Item 14 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 100/2009)

PLANO ESTRATÉGICO DO MAPA

O Plano Estratégico visa apresentar de forma sintética, a **missão**, a **visão**, os valores organizacionais e estratégias do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA no horizonte de 2006 a 2015 e seus principais componentes, atualizado com dados no ano de 2009. Composto de um conjunto de Objetivos Estratégicos que traduzem a estratégia do Ministério para atingir sua Visão de Futuro e pelos Indicadores de Desempenhos e Metas associadas aos Objetivos Estratégicos.

A Consecução desses objetivos é realizada por meio de um conjunto de Iniciativas Estratégicas (Projetos Estruturantes), que não substituem as atividades rotineiras, mas que garantem ao MAPA avançar em qualidade e velocidade, no desenvolvimento de seus trabalhos e se transforme numa organização mais ágil e com melhor qualidade dos produtos e serviços providos à sociedade brasileira.

No ano de 2009, a Superintendência Federal de Agricultura em Goiás, iniciou um trabalho interno de esclarecimentos/sessão de treinamentos a todos os servidores sobre o Plano Estratégico, mostrando assim os *Desafios* que cada Servidor deverá seguir, definindo metas claras para cada área do MAPA.

Estes desafios estão divididos em 04 (quatro) etapas, são elas:

22 - PERSPECTIVAS DE PESSOAS, APRENDIZADOS E CRESCIMENTO

- Relaciona a Informação e Conhecimento, Ambiente de Trabalho e Pessoas

PERSPECTIVA DE PROCESSOS INTERNOS

- Relaciona a Excelência Administrativa com a Informação, Produtos e Serviços, Articulação e Promoção

23 - PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO E PARCEIROS E PERSPECTIVAS DA SOCIEDADE

Estão relacionadas aos processos internos, de pessoas, aprendizagem e crescimento, onde cada servidor realiza os objetivos e cumpre metas através de:

1. **Foco:** como o trabalho de cada servidor contribui para os resultados do Plano Estratégico;
2. **Ação:** relata a execução, o desempenho e a participação de cada servidor dentro do MAPA;
3. **Transformação:** transformar os objetivos e metas em resultados;
4. **Desafios:** identificar os desafios, expandir a competitividade dentro do MAPA,
5. **Futuro:** buscas de oportunidades dentro do MAPA e para o Agronegócio,
6. **Força:** manter o processo de continuidade das ações, fortalecendo cada vez mais a institucionalização do Plano Estratégico do MAPA,
7. **Gestão:** Conseguir transformar todos os trabalhos em resultados de excelência
8. **Sociedade:** Este é o maior desafio, não somente da Superintendência Federal de Agricultura em Goiás, mas também do MAPA, em atender as necessidade da população em geral, garantindo o acesso a alimentos seguros e saudáveis, gerar empregos, aumentar a renda, estimular a produção agropecuária, ... , enfim promover o desenvolvimento dos nossos compromissos com a sociedade.
9. **Agronegócio e Parceiros:** Alcançar a excelência na produção de informações estratégicas que fortaleçam o Agronegócio, aumentando a credibilidade do MAPA,
10. **Processos Internos:** Processos de trabalhos eficientes e eficazes para vencer nossos desafios; pois eles são a base estratégica da gestão do MAPA,
11. **Pessoas, Aprendizado e Conhecimento:** *O desenvolvimento de competências, talentos fortalecem uma cultura de resultados (pessoas motivadas, boa comunicação e atuação), superando os desafios,*
12. **Compromisso:** *A conquista do Plano Estratégico do MAPA depende do compromisso de cada servidor, atuando, compartilhando todo o conhecimento a favor do desenvolvimento sustentável e do aumento da competitividade do agronegócio.*



O desafio é consolidar o processo de Gestão Estratégica do MAPA, buscando resultados através do compromisso de cada servidor e gestores; para que a Missão e Visão sejam cumpridas de acordo com cada proposta.

Objetivo Geral:

Medir a Produção e, sobretudo:

- a produtividade dos servidores da SFA-RO,
- fornecer aos gestores informações que permitam o gerenciamento das atividades dos servidores,
- Possibilitar aos gestores o acesso por meio eletrônico a arquivos de dados mensais ou acumulados, específicos ou consolidados das atividades dos servidores da SFA-RO
- Disponibilizar informações gerenciais, quantitativas e qualitativas, para comporem relatório de gestão anual da SFA-RO,
- **Desenvolver ações planejadas para atender as perspectivas delineadas no PLANO**

ESTRATÉGICO DO MAPA,

Objetivo Específico:

- Acompanhar a execução física e financeira das atividades programadas mensalmente e anualmente para os servidores,
- Acompanhar a execução física e financeira das atividades programadas mensalmente e acumuladas anualmente para todos os "P.I." (Plano interno) e "SERVIÇOS" da SFA-RO,
- Sistematizar os formulários utilizados no planejamento e nas realizações por todos os serviços e padronizá-los de forma que permitam a divulgação do conjunto de informações.
- Atender outras demandas sobre atividades da SFA-RO.

24 - Declaração do Contador – Com Ressalva

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - RO		130083	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <ul style="list-style-type: none">a) 11112.99.04 – CAIXA ECONÔMICA FEDERALb) 11216.04.00 – LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTOc) 11229.08.00 – FALTA OU IRREGULARIDADE DE COMPROVAÇÃOd) 19962.03.00 – A LIBERARe) 19962.04.00 – A COMPROVAR <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília, DF	Data	24 de fevereiro de 2010
Contador Responsável	Alberto Jeronimo Pereira	CRC nº	006624/T-8 GO



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.
Secretaria-Executiva
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação de Contabilidade

DECLARAÇÃO COM RESSALVAS

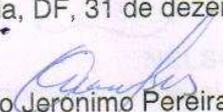
Código da Unidade Gestora:	130083
Nome da Unidade Gestora :	SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - RO
CNPJ:	00.396.895/003655

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Integrado de administração Financeira do Governo Federal – SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável-UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta contas, do Exercício de 2009, exceto no tocante a:

- a) 11112.99.04 – CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
- b) 11216.04.00 – LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO
- c) 11229.08.00 – FALTA OU IRREGULARIDADE DE COMPROVAÇÃO
- d) 19962.03.00 – A LIBERAR
- e) 19962.04.00 – A COMPROVAR

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília, DF, 31 de dezembro de 2009.


Alberto Jerônimo Pereira
Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Secretaria Executiva
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação-Geral de Administração de Recursos Humanos

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que os servidores abaixo relacionados, arrolados nas contas referentes ao exercício de 2008, da Coordenação de Contabilidade, estão em dia com a entrega das cópias das declarações de bens e rendas, em observância ao disposto na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, de conformidade com o Anexo IV da Decisão Normativa TCU nº 71, de 07 de dezembro de 2005, com os artigos 12 e 13 da Instrução Normativa TCU nº 47, de 27 de outubro de 2004 e item III do art 13, da IN nº 57, de 27 de agosto de 2008, do Tribunal de Contas da União.

- ✓ Alberto Jerônimo Pereira;
- ✓ José Calazans dos Santos e
- ✓ Maria de Fátima Álvares Araújo.

Brasília, 26 de janeiro de 2010.

NELSON SUASSUNA DA MOITA

Coordenador-Geral de Administração de Recursos Humanos

CONFERE COM O ORIGINAL

Alberto Jerônimo Pereira
Coordenador de Contabilidade
CRC-006624/T-8 GO
CONT/POA/SE/MAPA



25 – Conteúdos Específicos pó UJ ou grupo de Unidades Afins
(Item c do anexo II da DN TCU nº 100/2009)

“NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ”

É o Relatório.

Porto Velho/RO, 30 de maio de 2010.

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA EM RONDÔNIA